

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
MESTRADO EM SUSTENTABILIDADE
JUNTO A POVOS E TERRAS TRADICIONAIS

VIAGEM À TERRA DO MEIO
um olhar sobre o (mal)encontro de Belo Monte com o
rio Xingu



Imagem: Monica Lizardo

BRASÍLIA
2020

THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA

VIAGEM À TERRA DO MEIO
um olhar sobre o (mal)encontro de Belo Monte com o
rio Xingu

Dissertação apresentada à Universidade de Brasília, junto ao Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável – área de concentração Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Tereza Reis da Silva.

BRASÍLIA
2020

**Ao menino Francenildo,
e a tantos outros pequenos
que não sobreviveram a este
*mundo em que tudo é possível.***

*Sejam sensatos! Desistam de saquear
nossas terras, porque quando suas
fumaças de epidemia tiverem matado
a todos nós e vocês construírem
cidades sobre nossas pegadas
esquecidas na floresta, vão destruir a
si mesmos.*

Davi Kopenawa

*Até agora, a crença totalitária de que
tudo é possível parece ter provado
apenas que tudo pode ser destruído.*

Hannah Arendt

RESUMO

A Viagem à Terra do Meio descreve a minha experiência no Xingu, através da narrativa de eventos que revelam a violência que advém da instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte. O objetivo do texto é promover uma reflexão sobre esse complexo encontro, de Belo Monte com o rio Xingu, e da narradora com ambos. A sequência de textos, embora não tenha uma linearidade histórica, busca apresentar um processo de descoberta da Lei violada nesse (mal)encontro, que vai transformando a compreensão do significado do empreendimento de Belo Monte. O que conseqüentemente impõe um reposicionamento institucional diante dessa realidade. Portanto, a reflexão que subjaz todo o texto passa pela pergunta: o que fazer diante de um evento como esse? O Xingu é compreendido como um *mundo dentro do mundo*, como forma de definir uma territorialidade específica. E a usina é compreendida a partir de uma suposta inexorabilidade que põe em movimento uma engrenagem que não podia parar. O estado de coisas em que o direito vige sem significar é pensado a partir do conceito de *Estado de Exceção* de Giorgio Agambém. A maximização da violência, mediante as estratégias de supressão das várias formas de resistência ao projeto, é pensada a partir das reflexões de Hannah Arendt sobre um *mundo em que tudo é possível*. E as descrições da vida no Xingu, bem como a destruição desses mundos que subsistem na Terra do Meio, tomam como referência os pronunciamentos de indígenas, pescadores e ribeirinhos e o relato de Davi Kopenawa sobre o encontro do Yanomami com o povo da mercadoria e a sua descrição xamânica da Queda do Céu.

Palavras-chave: Rio Xingu – Belo Monte – Estado de Exceção – Território – Etnocídio – Genocídio.

ABSTRACT

The Travel to the Middle Land describes my experience in Xingu, through a narrative of events that reveal the violence that comes from the installation of Belo Monte Dam. The objective of the text is to promote a reflection on this complex encounter, the one of Belo Monte and Xingu River, and with the narrator of both. The sequence of texts, although not having a linear story, seeks to present process of discovering the law that has been violated in this (bad) encounter, that keeps on transforming the understanding on the meaning of Belo Monte's enterprise. What, consequently, imposes an institutional repositioning towards this reality. Therefore, the reflection that is underlied throughout the text passes through this question: what to do when facing an event like this? Xingu is understood as a *world within the world*, as a way to define a specific territoriality. And the dam is understood from an assumed inexorability that motions a gear that could not ever stop. The state of things in which law runs without offering meaning is thought from Giorgio Agamben's concept of *state of exception*. The maximization of violence, by means of strategies that suppress the many ways of resisting against the project, is thought from Hannah Arendt's reflections on a *world in which everything is possible*. And the descriptions of life in Xingu, as well as the destruction of these worlds that subsist in the Middle Land, take as a reference the testimonies of indigenous people, fisherfolk, riverine population and Davi Kopenawa's account on the encounter of Yanomami people with the commodity people, and his shamanic description of the Falling Sky.

Keywords: Xingu River - Belo Monte - State of Exception - Territory - Ethnocide - Genocide.

SUMÁRIO

PREÂMBULO	08
VIAGEM À TERRA DO MEIO	09
A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM	18
MESPT	23

O MUNDO EM QUE TUDO É POSSÍVEL

O encontro com o rio Xingu.....	27
O encontro com Belo Monte.....	41
A fumaça de uma epidemia <i>Marihi</i>	48
A lei desenhada sobre a pele das árvores derrubadas.....	57
A supressão das amarras para liberar o fluxo do inexorável.....	64

A LEI VIOLADA NO (MAL)ENCONTRO DE BELO MONTE COM O RIO XINGU

<i>A nova lei da terra</i>	71
O pescador sem rio.....	81
A resistência silenciosa.....	94
<i>O direito a ter direitos</i>	108
O domínio de Belo Monte sobre o território chamado Xingu.....	122

A QUEDA DO CÉU..... 136

Referências Bibliográficas.....	143
Notas.....	145

PREÂMBULO

Breves considerações sobre a decisão metodológica que antecede a escrita deste trabalho podem ser oportunas. Para que o leitor compreenda o porquê da escolha de uma narrativa, sob a forma de poema dissertativo. Quando o objetivo do texto é interpretar os acontecimentos que seguiram à empreitada do Governo Federal no Xingu, expressando a perplexidade da autora diante da tragédia revelada.

O ponto de partida deste trabalho foi a descoberta das várias dimensões do conflito que opera no (mal)encontro de Belo Monte com os povos do Xingu. O que impõe ressignificar a guerra pela água e pelo rio, a partir de uma disputa de significados: uma batalha epistêmica. Que, desde logo, evidencia o silenciamento de um saber, que marca a origem desse processo e perpassa todas as suas etapas, conduzidas exclusivamente por representações de um dos lados dessa disputa.

Diante dessa evidência, falar sobre o que ocorre no Xingu, fazendo uso da palavra fria e do rigor acadêmico de um discurso científico - que despreza todas representações da realidade que não sigam o seu método - é um risco evidente de frustrar a tentativa de descrever a violência, gerando mais violência. Transformando a realidade numa abstração, inapta a acessar o significado de Belo Monte.

Portanto, a escolha por trazer esses eventos de uma forma poética não significa romantizar a dor do outro. Ou florear a violência. Ao contrário. Diante do risco de que a palavra produza um novo extermínio da realidade, perpetuando e reiterando a negação de um saber, a poética é o recurso encontrado para garantir que a palavra seja capaz de representar a realidade da forma mais honesta possível. Com o que ela tem de mais belo e de mais atroz.

E o uso de palavras poema, com frases entrecortadas, visa propor uma outra dinâmica de leitura. De um texto escrito para ser verbalizado, de modo que o leitor seja inteiramente conduzido a visualizar as imagens que antecedem a escrita.

Por isso foi necessária a utilização de *Notas de Fim*, em substituição às *Notas de Rodapé*. Porque a interrupção da leitura rompe o que se pretende com o texto, que é conduzir a uma experimentação da realidade a partir da palavra, que torne possível a profunda compreensão desse evento.

VIAGEM À TERRA DO MEIO

Aconteceu de a ilha do Arapujá
amanhecer pegando fogo...

Naquele tempo,
pelas manhãs,
me alegrava ver o dia nascer no Xingu.

Da caminhada que fazia
guardo as fotos do sol subindo
atrás do Arapujá.

Chamava a atenção o pescador.
Ali... parado,
olhando o rio.
Num silêncio...
Muitas vezes em grupo.
Sem conversa.
Emudecido diante do Xingu.

Ao seu lado,
sempre: uma bicicleta estacionada.
O sol nascia...
E, entre o sol e eu,
o pescador e a bicicleta.

Na memória
guardo essa imagem
traçada em linhas escuras,
queimadas
pela luz ofuscante
que prateava as águas do rio Xingu.

No início...
não me interessava o movimento do rio.
Eu nem reparava que ele corria.
E não pensava como seria
quando,
barrado e dividido,
ele parasse de correr.

Para mim,
aquilo tudo que se travava

ao redor dessa imagem
era um problema de Estado.
De um Estado
que tinha que se fazer presente.
E me sentia segura,
ao menos do meu papel.
Numa instituição *ombudsman*,
que teria a missão de assegurar a legalidade.
De um Estado de Direito.

Só que aos poucos fui percebendo
que não era bem assim...

Eu repetia:
em Belo Monte a lei não se aplica.

Na verdade,
aquilo para mim
foi se mostrando
uma descoberta acadêmica.
Eu havia passado mais de dez anos
estudando filosofia.
Investigando eventos da história
em que o direito perdera a capacidade de pôr limite.
Falava dos Estados Totalitários
que pareciam tão distantes...

O nazismo.
O stalinismo.
A guerra americana ao *terror*.
Eventos que enunciaram
um *mundo em que tudo é possível*.

E agora diante dos meus olhos
se materializava
a referência empírica perfeita.

Uma realidade de exceção.
Em que a lei,
suspensa,
não precisa se aplicar.
Enquanto interesses
ditos *superiores*
eram buscados.

E eu assistia,
vivia

e sentia
a impotência
diante de um estado de coisas
em que a *exceção* virava *regra*.

Em 2012,
ao chegar em Altamira,
tive a percepção
de que era necessário parar Belo Monte.
Arrumar,
pra que a obra então seguisse
no respeito à lei.

Mas isso logo se revelou
uma missão impossível.

Existia uma paradoxal
presença e ausência do Estado.
Que se tornava ainda mais complexa
pelo arranjo que sustentava Belo Monte.

O consórcio de empreiteiras
era contratado por uma figura
nebulosa,
que nascia e agia
numa indiferenciação
entre empresa e governo.
E cuja imagem víamos estampada por todo canto.
Numa representação perfeita
do *Grande Irmão*.

No início parecia simples.
Fazer cumprir
as condicionantes da hidrelétrica.

Mas a velocidade
com que as coisas aconteciam.
Todos os aparatos estatais utilizados
a favor de uma empresa.
Blindada.
Imune.
Que sabia.
Fizesse o que fizesse
a obra prosseguiria.
E a conta ficaria para depois.

Belo Monte então se afirmava.

Sem lastro no direito.
Legitimada num discurso
e no temor.
Carente de fundamento jurídico.

Os livros não haviam me ensinado
como reagir diante de um evento como esse.
Em que o fato
se sustenta nele próprio.
E se consuma a cada dia,
tornando-se mais forte
e mais distante do direito.

Um motor.
Uma engrenagem,
que acelerava os conflitos locais
a uma velocidade insuportável
e que se tornava cada vez mais difícil de frear.

Não demorou para que
as tão conhecidas condicionantes de Belo Monte
ganhassem um novo sentido.

O descumprimento impune das obrigações
era apenas uma das marcas desse processo.

Porque essas obrigações,
elas próprias,
representavam um pacote vindo de fora.
Com promessas para o Xingu.
Cujo único objetivo
era legitimar a decisão já tomada.
De construir a hidrelétrica a todo custo.

As condicionantes
eram parte das negociações
que operam num *balcão*.
Que se instalava (e instala)
a cada momento
em que direitos
tornavam-se obstáculos
já suprimidos.

Era então absolutamente necessário
compreender qual *Lei* havia sido violada.

Porque ficou evidente

que o cumprimento das condicionantes
não tornaria Belo Monte viável.

Passei a reinterpretá-las,
pois, como danos não reparados.

E retornei meu olhar para o Xingu.

Me encantava (e encanta) a curva do rio.
Vista ali da orla de Altamira.

Perto das oito da manhã.
Nas águas do Xingu,
como na imagem da chuva vista de longe,
a luz do sol forma um feixe,
que ilumina com brilho
e cor
a *Porta da Volta Grande*.

Todos os dias,
o sol,
o céu,
as nuvens
e o rio
oferecem o esplendor de um espetáculo.
Numa beleza que prenuncia
que há algo mais guardado ali...

Mas um dia,
no contorno dessa curva,
a ilha do Arapujá amanheceu incendiada.
*Teve que queimar
para não virar paliteiro.*

Foi assim que explicaram
porque esse local,
durante anos preservado,
agora precisava ser
completamente
destruído.

Não por simples questões ambientais,
mas para não impor à população
o sofrimento de acompanhar
as árvores *palitando*:
perdendo as folhas,
depois secando;

morrendo...
A decisão foi por destruir ilha.
Assim de uma vez,
para tornar sua morte menos dolorosa.

Desde então,
eu não fui mais ver o sol nascer
na orla do Xingu.
Evitava olhar pra ilha.
Passei a reparar muito mais no rio
e em suas águas.

Observo os barcos que passam.
E o pescador...
Ele continua.
Naquela mesma imagem ofuscada pelo sol.
Com sua bicicleta...

Ainda olha o rio! Penso.
Ou será que olha para antiga ilha?
O que ele deve sentir? Indago.
Talvez não pense.
E seja apenas presença ali
com o seu rio.

Eu então me aproximei do pescador.
Descobri que o Xingu
é um grande território,
em que ilhas e margens
são ligadas pelas suas águas.

Um território
que abriga
um *mundo dentro do mundo*.

Onde grupos tradicionais
indígenas e ribeirinhos
criaram um modo de vida peculiar.
Que garantiu durante séculos
sua sobrevivência no *beiradão*.
Mesmo fracassando
os diversos ciclos econômicos
pelos quais passou a região.
E apesar da brutal
ausência histórica do Estado.

Hoje entendo!

Que na Terra do Meio
trava-se uma guerra
pela água.
Pelo rio.

Que para alguns é vida,
parte de si mesmos.
E que para outros é combustível,
recurso energético.

Compreendi a violência real dessa disputa
que configura um estelionato ambiental.
Permeado de promessas fraudulentas
por meio das quais Belo Monte
expropriou o Xingu.

Conhecer o *pescador sem rio*
transformou meu olhar
e marcou minha trajetória.

Quando entendi
o que representava aquilo tudo
para aqueles
índios,
ribeirinhos...
que têm o rio como parente.

E a sua resistência silenciosa
definiu a história
desse (mal)encontro de Belo Monte com o rio Xingu.
Ressignificou a forma de compreendê-lo.
E me forçou a reinterpretar
o meu próprio papel.

Minha trajetória foi
definitivamente transformada
pela viagem à Terra do Meio,
que realizei em março de 2013.
Quando me preparava para sair de Altamira.

Ali, no coração da Estação Ecológica,
um olhar me capturou.

Na viagem de volta,
que decidi fazer de barco,
trazia uma folha de papel amarelo,
com o pedido de escola

assinado com os dedões
de *cinco gerações de analfabetos*.

Me surpreendi
com um pai que assistia a morte do filho
sem pedir socorro,
no silêncio de quem não tem
para onde recorrer.

E, ao final, fui perpassada
pela realidade de uma aldeia
que agonizava
com a ação etnocida
de uma empresa concessionária,
que tinha conseguido fazer Belo Monte
chegar mais longe
do que o mais sombrio prognóstico
poderia imaginar.

Tudo isso, porém, não teria me feito decidir ficar,
não fosse a descoberta
de que existe um mundo protegido no Xingu.
Por uma força que não é de cidadania
nem do Estado,
e que pode ser rompida
se o *Direito a ter Direitos*
não for a motriz da relação que se instala.

Então, a disputa pela água que se trava no Xingu
vulnera a *Lei* que protege esse mundo.

É uma batalha genocida,
de um processo colonizador,
conduzido pelo silenciamento
de um saber ancestral
e pela morte de um rio.
Junto de toda a vida
que se identifica nele.

Ao compreender essa disputa epistêmica
vejo as marcas de tinta
dos dedões carimbados naquele papel amarelo,
que num primeiro momento interpretei
como o clamor de cinco *gerações de analfabetos*.

Hoje sei que são a expressão da resistência
daqueles que não aceitam deixar o seu *lugar*

e que há tempos reconheci
como professores do futuro.

Essa... a viagem de volta da Terra do Meio,
que estava prevista para durar oito dias,
e que já dura oito anos.

A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM

Quem dera eu dominasse a arte da pintura.
E fosse capaz de expressar,
como que num único ato,
o movimento
e a dinâmica,
a morte e
a reafirmação da violência
real e histórica
presentes no (mal)encontro de Belo Monte
com o rio Xingu.

Resumir toda a guerra numa só imagem.
E toda a beleza numa mistura de cores.
Intensa na medida exata
para que todos penetrassem nos olhos
daqueles que são parte do Xingu.
E sentissem
a dor da sua perda.

Experimentassem
pelo brilho de uma imagem
as percepções
e compreensões
de momentos
que pareciam tudo resumir.

Então, esse ensaio de textos
é o exercício da expressão
pela palavra,
na falta de melhor recurso.

Uma tentativa de construção
daquela imagem;
de letra em letra.
Com detalhes.
Diluídos no tempo
e nas páginas...

Assim satisfaço,
de certa forma,
a vontade de trazer à luz
o que sinto.

Necessidade que tenho de
expressar minha perplexidade.

Mas lançar à violência a reflexão
é também um imperativo.
Para saber como agir,
sem gerar mais violência...

Sirvo-me da descrição arendtiana
do *mundo em que tudo é possível*,
como ponto de partida e de chegada.

E esse conceito
apenas pode ser compreendido
pelo signo do inexorável
que Belo Monte carrega.
E que permite associá-lo
aos domínios totalitários.

Sirvo-me ainda da noção de *mundo*,
pensada por Hannah Arendt.
Como um solo firme
para o agir em liberdade,
protegido pelo manto da cidadania.
Apenas possível
quando preservadas
as condições para a vida
de uma paradoxal pluralidade
de seres singulares.

O que torna inevitável
a afirmação de que existem
mundos dentro do mundo.
Mundos coexistindo neste mundo,
sem que um tenha prioridade sobre o outro.

E esse mundo
e o agir sobre ele,
quando buscados
na Terra do Meio,
são acessados
por uma territorialidade peculiar.

O Xingu: um território de águas e ilhas,
que nutre e sustenta a vida
de seus povos.
E o *Direito a ter Direitos*

os protege
e garante que caminhem
segundo suas decisões.

Para acessar o Xingu,
eu me sirvo das experiências
dessa viagem à Terra do Meio.
Como um trabalho de campo,
que já dura oito anos.

E rememoro as lições
que índios,
ribeirinhos e
pescadores,
magistral
e naturalmente,
nos concedem
em seus atos e falas
de resistência.

E à medida em que me deparo
com a beleza do Xingu,
vou descobrindo Belo Monte.
A sua violência inata.
A sua potencialidade destrutiva.
A *Lei* violada.

E a vontade que sinto
de materializar
e expressar essa imagem,
é a necessidade de dizer
que isso não é inevitável.
Tampouco inexorável.

Que não é uma força sobre-humana
que conduz
a destruição da floresta,
da água,
da vida...

Mas pessoas,
ganância,
corrupção.
Esquecimento...

Porque o Xingu ainda vive.
Mas o projeto é de morte.

Por isso, o apoio de Davi Kopenawa
nessa narrativa
é inestimável.

É como se o xamã.
Ele sim,
e somente ele,
fosse capaz de descrever essa imagem,
do trágico encontro de Belo Monte
com o rio Xingu.
Que é parte daquele (mal)encontro
do branco com o Yanomami.
Dos do povo da floresta
com o povo da mercadoria.

Ele busca as palavras dos seus antigos.
E eu busco as suas...

E o xamã dá imagem
àquilo que eu não consigo desenhar.
E acima de tudo
àquilo que eu não consigo ver.

Sua narrativa é primorosa
para descrever
as forças que dão cor,
brilho
e proteção
a esse *mundo dentro do mundo*.

Sua afirmação de resistência
é a manifestação mais precisa
do *Direito a ter Direitos*.
Um alerta.
Uma advertência.
Uma decisão Yanomami.
De proteger o seu mundo.
E exigir que seus filhos
e os filhos de seus filhos
possam viver na floresta em paz,
como viveram os seus antigos.
E ressignificar a mercadoria
como lhes convier.

O apelo de Kopenawa
para que o mundo *acorde*,

é o grito da Terra do Meio.
Silenciado.
E a sua visão da *Queda do Céu*,
é aqui transposta
para descrever a imagem da morte do rio Xingu.

Por isso, sustentar a narrativa
desse (mal)encontro
no chamado xamânico do Yanomami
não é apenas uma escolha.
É uma necessidade.

MESPT

Não sei dizer se o MESPT¹ é parte
dessa *Viagem à Terra do Meio*.

Dessa história que eu me dispus a narrar.
Numa trama de encontros,
que vão conduzindo à interpretação
da Lei violada por Belo Monte.
Forçando-me a redefinir meu lugar
neste *mundo em que tudo é possível*.

Meu ingresso no MESPT
ocorreu em junho de 2017.
Quando a maior parte dos eventos
aqui trazidos
já eram passados.

Porém, acredito
que a oportunidade
de ter vivenciado
a potência dos encontros do MESPT
me conduziu muito além
do que qualquer experiência no Xingu.

E o meu retorno à Terra do Meio
se fez sob um novo olhar.

O MESPT me conectou
com cenários de violência
e de resistência planetários...
Que identificam Belo Monte
a uma série de eventos
colonizadores.

Mas o MESPT
também
me forçou a olhar para mim mesma.

Diante da pescadora que se afirmava:
Negra!
Quilombola!
Quarta neta de Maria da Conceição!
Terceira neta de Filomena!
Do índio que se definia trazendo seu saber ancestral.

Da cigana que buscava entender seu território.
Insistir em afirmar meu papel institucional
era como perder uma chance única,
de reconstruir minha trajetividade.
E levantar a pergunta
sobre a minha própria história.

O meu lugar.
Não enquanto procuradora,
que ocupa uma função,
um cargo.
Como quem veste uma farda.

Mas como sujeito singular
que age neste mundo plural,
conduzido por todas as forças que o colorem.
E pelas lutas dos nossos...
e de outros.

Nenhum espaço de 'saber'
que eu tenha testemunhado
pode se comparar
em riqueza
aos encontros do MESPT.

O relato sobre a força das marés.
As lutas de resistência das mulheres.
As violências
e vivências.
Sinto-me
privilegiada.

Não poderia,
portanto,
apresentar meu trabalho
de outra forma,
que não fosse
subvertendo o padrão de escrita acadêmica.
Numa tentativa de expor a violência de uma guerra,
acessando uma narrativa
que é a minha forma de falar.
E na qual
não me é dado esconder-me.

No retorno de meu olhar
à Terra do Meio
ora levo comigo,

viva,
a batalha epistêmica
que existe tanto nos espaços de ‘saber’,
quanto na guerra que se trava no Xingu.

E isso me força a reinterpretar esses encontros,
mas acima de tudo a compreender
que há várias formas de reagir à violência.
E que a escrita é uma delas...

**O MUNDO EM QUE TUDO É
POSSÍVEL**

O ENCONTRO COM O RIO XINGU

Naquele tempo,
eu só conhecia o Xingu no papel.
Um grande mapa
decorava as paredes brancas do meu gabinete.
Com cores vibrantes,
trazia desenhada a região do médio Xingu.
Os rios descendo do Mato Grosso,
se encontram
e seguem seu rumo até o Amazonas.

No alto vem escrito:
Terra do Meio!
Um conjunto de áreas protegidas,
interligadas.
Verdes e amarelas.
Que contrastam com um alaranjado vivo
que se espalha por toda a parte
representando as regiões devastadas.

Se paramos para olhar essa mistura de cores,
é nítida a sensação de que o laranja está em movimento.
E que a Terra do Meio se auto protege.
Sobrevive como uma imensa ilha
pressionada pelo fogo...

Os rios contêm as chamas.
As grandes áreas indígenas ao redor
sangram nas porções externas de seus territórios.
As Resex² beiram os rios.
E no coração disso tudo,
uma Estação Ecológica com 3 milhões de hectares:
a ESEC da Terra do Meio.

Ao norte, uma espinha de peixe laranja desce da transamazônica.
E atravessa a Terra Indígena Cachoeira Seca,
até o Iriri...
A oeste, uma larga faixa
também laranja
acompanha a BR 163,
de Cuiabá a Santarém.
Para o leste fica um outro Pará...
aquele da monocultura,

das carvoeiras,
das siderúrgicas
e das mineradoras.
Que não deixaram floresta para trás.
Ao sul, abaixo do cinturão verde
formado pelas terras Kayapó,
o Estado do Mato Grosso,
que é um retrato do resto do país...

Eu logo compreendi
que esse mapa
desenha a dinâmica da pressão sobre a Amazônia.
E que a Terra do Meio
é sua primeira muralha.
A fronteira do arco do desmatamento.

Ali... da minha sala,
eu falava sobre isso...
Perplexa com as distâncias entre um lugar e outro.
Com o tamanho das antigas áreas griladas.
E com a possibilidade
de tudo isso caber dentro de um mesmo município.

Já tinha ouvido o slogan
terra sem homens para homens sem terra.
Essa mancha na memória
de um governo já manchado,
que pretendeu povoar a Amazônia
como um vazio,
negando a existência de seus povos.

Mas era tudo o que me contavam...

Até que, em março de 2013.
Quando eu me preparava para sair de Altamira.
Na viagem à Terra do Meio.³
Pela primeira vez transpus os limites
entre o papel e a floresta.

Eu fui tão longe
para esse encontro com o Xingu,⁴
mas era como se viajasse
para dentro de mim mesma.

O sobrevoo de 400 Km cortou a ESEC ao meio.
À direita, o rio Iriri.
À esquerda, distante, o Xingu.

Eu olhava em silêncio aquela floresta.
Parecia um tapete...
Mas na verdade,
era um *mundo dentro do mundo*.

Uma floresta que não é só floresta.
Amada pela sua beleza
e fertilidade.
Criada para ser protegida.
Para que os espíritos animais
pudessem brincar com alegria.
Abrigados no seu frescor.
E assim...
Felizes!
Apreciando o perfume
e a umidade da mata,
pudessem proteger
aqueles que a habitam.⁵

Ali permanecia vivo esse mundo.
Verde.
Colorido.
Que eu estava condicionada a abandonar,
sem nunca ter conhecido.

Então, no coração daquela Estação Ecológica,
criada para manter a natureza intocável.
Naquele local que os livros ensinam
ser incompatível com a presença humana.
Ali...
Na região mais preservada da Terra do Meio.
Me deparei com a riqueza
de uma vida ribeirinha
completamente integrada
à floresta
e ao rio.
Isolada.
No alto Iriri.
Às margens
de qualquer ação do Estado.

Os animais por perto...
A cobra.
A aranha.
A pata da onça na terra.
As estórias...
O barulho da mata,

que a noite parecia uma orquestra.
A menina do vestido de algodão.
Que desenhava
e desejava aprender a escrever.

Os pés descalços,
grossos.
E as mãos...

Recordo da casa do Seu Zé Boi...
As paredes de barro,
cobertas com palha de babaçu
ofereciam a temperatura perfeita.
Deixando do lado de fora
o calor amazônico.
As panelas de Dona Cleonice
que brilhavam
organizando as prateleiras.
A farinha,
a puba,
a banana.
O peixe ensopado.

Logo entendi
que a distância que nos separava
daquelas pessoas
era muito maior do que as horas
e dias de barco
ou as centenas de quilômetros de rio.

E que o abismo
que as mantinha fora do alcance
das políticas públicas
não era apenas um obstáculo
medido pela dificuldade de acesso,
ou pela negligência histórica
de um Estado corrompido.
Cego...
Que nunca compreendeu
a vida dos povos da Amazônia
como algo a ser protegido...

Entrar na Terra do Meio
é como acessar um portal
que nos transpõe
para uma outra dimensão de existência.

O Xingu não precisa compartilhar
da cosmologia Yanomami,
para que possamos dizer que,
naquele tapete verde
que cobre como um manto a Estação Ecológica,
os caminhos dos *Xapiri*
estão desenhados.

Porque ali a floresta é mãe.
Cuidada e protegida!
Todos sabem que sem ela não há vida.
Então... a mantêm bonita
e fértil.
Como é do gosto dos espíritos animais
descritos por Kopenawa.

Esses caminhos.
E essa vida em festa
apenas os xamãs conseguem ver.⁶
E são absolutamente inacessíveis
àqueles criados longe da mata.
Na terra da mercadoria.

Que nunca puderam acessar
o frescor do perfume da floresta.
Que apenas ouvem histórias
congeladas num papel.
Transmitidas a partir da sua linguagem
e do seu próprio mundo.
Que forja um olhar sem encanto.
Que vê o rio como moeda.
A floresta como madeira.
O seu tapete de fertilidade como minério.

Nos dias que estive naquela Estação Ecológica
entendi que a floresta
não é um objeto
que deve ser protegido
de longe.
Como algo a ser contemplado.

Aquelas pessoas eram parte disso.
Cuidavam dela
como ela cuidava deles.

Era, portanto, uma óbvia contradição
eles terem que sair

para que a ESEC pudesse ser cuidada.
Se eles eram os guardiões...

Havia ali uma perversa dupla violência.
Onde a presença e ausência do Estado
se retroalimentavam.
De um lado, impunha
o temor de perderem seu lugar.
E de outro, sua omissão os ia expulsando.
Silenciosamente...

Eu desde logo tive que me reposicionar.
Cheguei quieta.
Distante.
Orgulhosa de meu papel.
Ouvia e anotava tudo.
Como se acreditasse
ou quisesse demonstrar
que a minha caneta
tivesse o poder de transformar
as coisas.

No início eu ouvia e escrevia.
De pouco em pouco,
guardei a caneta.
Passei a ouvir mais de perto.
Dar tempo às falas.
Deixar que fossem espontâneas.
Olhar nos olhos...

Então...
na última noite,
após o jantar,
a comunidade se reuniu.
Para construir uma carta.

Recebi,
das mãos da moradora mais antiga da região,
uma folha amarela,
por meio da qual
pediam uma escola.

O documento vinha assinado
por cerca de 40 pessoas.
As idades variavam;
5, 15, 20, 40, 60 anos...
Porém, com uma semelhança assombrosa:

todos haviam carimbado seus dedos naquele papel!

Não tenho dúvida.
Que as marcas de tinta naquela folha amarela
são uma forte representação
da histórica ausência do Estado
no beiradão.

Naquele momento
falavam *cinco gerações de analfabetos*,
que viam morrer seus doentes
sem resgate,
mas que escolheram lutar
pelo direito de ter uma escola...

Eu adentrei a porta da ESEC de avião.
E saí pelas águas.
O rio Curuá.
O Riozinho.
O Iriri.
E enfim, o Xingu me conduziu...

Nessa viagem de volta.
Em que me lancei
a conhecer de barco o *beiradão*.
Eu levava comigo aquela folha amarela.
E logo passei a reinterpretar
as marcas de tinta deixadas
por aqueles polegares.

Era sábado à tarde.
Subíamos o riozinho do Anfrísio,
visitando as casinhas cobertas de palha,
que se reuniam em pequenas comunidades
dispersas nas suas margens.

É um rio estreito,
cheio de curvas,
que desemboca no Iriri.
Uma mata densa invade a beira.
O que torna ainda mais lenta
e única a passagem da embarcação.

Paramos numa localidade
onde viviam cerca de 15 pessoas,
de uma mesma família.
Uma organização singular,

fechada num sistema
que se auto mantinha.
E que garantia uma vida de fartura,
integrada com o rio
e a floresta.

Ali todos trabalhavam.
Inclusive os pequenos.
Os filhos só saíam acompanhando o pai
nas festas,
ou nas raras idas à cidade.

As pessoas de fora
guardavam uma reverência
por aquele homem.
Sem dúvida que tinham ressalvas.
Mas também respeito.

Ele mantinha coesa
e preservada a sua comunidade.
Contam que ninguém se atrevia
a se aproximar das suas filhas.
E que a sua palavra
tinha autoridade sobre todos.

A comunidade ficava no alto.
Preparada para as secas
e cheias do riozinho.
Uma casa na frente
e algumas outras construções.
Pequenos espaços cobertos,
onde cada ofício era exercido.

Parecia uma pequena vila,
com construções de madeira,
cobertas de palha.
Algumas com barro,
com telha.
Parecia que tudo estava
no seu lugar.

Sob meu olhar,
aquilo remetia
a uma 'indústria ribeirinha'.
Eles trabalhavam juntos.
Cada um no seu ofício.
E na sala de entrada

vendiam os melhores produtos do beiradão.

Chegamos sem avisar.
E aquele mundo,
que se mantinha fechado,
de repente,
em festa,
se abria para nos receber.

O pai explicava como faziam as coisas.
E os filhos mostravam suas habilidades.
Existia um brilho nos olhares.
Uma alegria que expressava
o orgulho de seu lugar.
E a confiança de que construía um futuro ali.
Com seu próprio mérito.

Não pediam nada.
Não esperavam nada.
A falta de escola parecia não ser um problema.
Ao contrário!
O pai contou da visita que fez ao Tabelião...
Para que escrevesse no papel o nome de cada um.
Então todos treinaram suas letras.
E agora ele batia no peito dizendo que
filho seu não assinava documento com o dedo.

Aquilo tudo impressionava.
Mas parte do meu esforço
era entender um pouco mais
o que acontecia ali.
E convencer aquele homem
a aceitar a presença de um professor.

Eu sabia que já tinham tentado...
E essa era uma das razões da minha visita.
Não a principal...

Mas cada vez que eu insistia,
era como se eles se voltassem
ainda mais para o seu mundo.

Mostraram que ali era feita a melhor canoa.
A tora queimada,
puxada pelas cordas.
Os artesanatos.
Óleos e remos.

Os menorzinhos se divertiam
encenando a coleta da castanha.
Tenho a lembrança...
dos pequenos desfilando
com os paneirinhos
presos às costas.
Segurando seu artefato,
como um menino
segura uma mochila.

Eu voltava à ideia do professor...
Mas se me perguntassem
o que ele ensinaria ali,
já não saberia dizer...
Porque estava evidente:
naquela tarde
éramos nós que estávamos aprendendo.

Uma aula magistral.
Pela qual eles expunham
a arte do seu mundo.
Com orgulho.
Não para agradar,
ou obter uma troca.
Mas como forma de mostrar suas escolhas.

O pai dizia que todos eram muito fortes.
Contou da única ação de saúde que o Estado fez ali.
Um exame que furava os dedos.
E sorriu ao lembrar
que nem malária pegavam.

Aquelas afirmações de dignidade
enfraqueciam qualquer intenção que eu tivesse
de tirar conclusões,
investigar ou
analisar como as coisas
se davam.

Para mim, aqueles olhares,
da mãe,
das meninas,
eram incompreensíveis.
Havia um misto de alegria
e de silêncio.

O que eu mais queria era ouvi-las.
Me aproximava.
Sorriam.
Mas não falavam...

Aquela comunidade,
fechada,
agora se abria
para se apresentar.
Mas também para se proteger.
E naquele dia,
com toda naturalidade,
usaram de seus melhores recursos
para mostrar sua beleza.

Eu sentia...
Mas não sabia interpretar.
E ao não saber como chegar naquele mundo,
ou o que fazer ali,
eu o violava.

Não entendia que é preciso
muito mais do que uma tarde na Terra do Meio
para acessar aqueles olhares.
Porque até o tempo ali
era contado de uma forma singular.

Na verdade, eu não sabia ir embora.
Decidi então deixar aberta
a possibilidade de que
me procurassem
na cidade.
Contei aonde eu ficava.
E deposei um papel com meu endereço
na mão daquela mulher.

Seguimos
até o morro do Anfrísio.
Visitamos uma parteira.
Merendamos.
Leite de castanha
com cacau.
E retornamos...

Na volta reparei naquela casa fechada.
A 'indústria ribeirinha' parecia estar dormindo.
Não sei descrever a vontade que eu tinha de parar.

Mas não encontrando motivo,
seguimos.

Já findava a tarde.
O ponto de parada era um local
conhecido por Manelito.
Uma comunidade no rio Iriri.
Estruturada
com uma escola
e um posto de saúde
que nunca haviam operado.
Dormimos.

Ainda não tinha amanhecido
o domingo de Páscoa...
Começa um falatório...
Não demora chegar a notícia.
Uma tragédia!
Daquelas que marcam a história do beiradão...

Na tarde anterior,
após nossa passagem
em uma das comunidades
do riozinho do Anfrísio.
De uma mesma família,
uma criança havia morrido
envenenada por um escorpião.
E outra ardia em febre
depois de ter sido picada por uma cobra.

Naquela comunidade!
Da 'indústria ribeirinha'...

Todos perguntavam quem havia morrido.
Daqueles pequenos
que desfilavam com seus paneirinhos...
Que nos receberam
na tarde do dia anterior.
Orgulhosos
porque nem malária os pegava.

Agora, aquele pai
velava um filho
e assistia outro morrer.
Em silêncio...

Não chamou por socorro!

Simplesmente
porque não tinha a quem recorrer.

Pedi que fossem buscar o menino ferido.
Para transportá-lo a um hospital na cidade.

Contaram sobre o velório.
A criança como que embalsamada
ocupava o centro da sala.
Que agora estava escura.
A família reunida em volta.
As demais comunidades
já circulavam por ali.

A notícia rapidamente se espalha pelo *beiradão*.
Mas é muito difícil fazê-la chegar à cidade.
Era domingo.
De Páscoa.
Foram mais de três horas de chamada no rádio.
Sem resposta.

Enfim... o resgate seria feito na aldeia Iriri.
Do povo Arara.
Onde passaríamos os próximos dias.

O pai não se sentia seguro
em deixar que levassem o filho para a cidade.
Sempre estavam juntos...
Mas aquele mundo que ele tanto protegia
de repente fugiu completamente de seu controle.
Então veio o irmão mais velho
acompanhando o irmão doente.

Eles contaram que havia ali um remédio.
E dois filhos feridos.
E ao que parece,
o pai não teve que escolher
a qual dar o medicamento
e qual deixar morrer.

Quando viu, um já tinha tomado...
Aí veio o outro gritando de dor...

Então... quem escolheu quem vivia
e quem morreria
foi a cobra.
Ou o escorpião...

A ausência do Estado no beiradão
é uma brutalidade.
Que a todo momento põe a prova
a manutenção desse mundo singular.
Que mesmo quando se afirma
com força e dignidade,
é levado ao limite
de sua capacidade de resistência.

E eu fiz essa constatação
no silêncio de um rádio
que não respondia
ao chamado do Ministério Público Federal.

Ali... diante de um posto de saúde
que se deteriorava
sem nunca ter sido inaugurado.

O ENCONTRO COM BELO MONTE

Antes de entrar na aldeia Iriri,
eu conhecia Belo Monte de longe.
Embora estivesse
há oitos meses
no olho do furacão.

Os conflitos em torno da instalação da usina
aconteciam na cidade,
ou nos canteiros de obras.
Então, parecia que a guerra era travada ali.
Protestos de indígenas,
oleiros,
pescadores,
ribeirinhos,
moradores.
Greve de trabalhadores.
Toda ordem de reação.

A cidade fervia.
Era como se tivesse entrado em colapso.
Em ebulição.

A quantidade de pessoas
fez dobrar o número de habitantes do município.
Não parava de chegar gente...
Alguns em busca de oportunidade.
Outros, já acertados para trabalhar nas obras.

Dentre estes,
havia aqueles mais graduados.
Engenheiros.
Que vestiam uma camisa polo
com o símbolo da empresa
e a bandeira nacional bordada no braço.

Mas havia aqueles que,
de todos os lugares,
vinham para trabalhar nos canteiros.
Vestiam um uniforme.
Um macacão sem cor.
E eram em número muito maior.

Aos da camisa polo

era garantida uma casa de aluguel,
na cidade.
E voos de saída.
Para estarem com a família,
em finais de semana.

Já aqueles que vieram aos milhares
e que ficavam alojados nos canteiros de obras,
longe do centro,
com os muros protegidos
pela força de segurança do Estado,
a eles era garantido um transporte.
Para ir até a cidade
nas horas vagas.

Os trabalhadores, então,
sobravam nas esquinas.
Aos montes.
Ficavam nas ruas.
Nas calçadas.
Muitas garagens se transformaram em bares.
Para lucrar
com esses que não tinham lugar ali.

Do meu carro,
aos domingos,
eu observava...
um ir e vir de homens
de macacão sem cor,
tingidos pela terra das estradas.

Uma imagem que me transportava
ao distópico mundo de Aldous Huxley.
Em que as castas de humanos
eram identificadas pelas suas vestimentas.
E aos seres *ipslon*,
feitos sob medida para
os piores trabalhos,
sob o calor intenso das minas,
eram fornecidos os macacões de cor suja.⁷

E o morador da cidade,
acostumado a ficar sentado num banco na calçada,
de onde observava o tráfego de bicicletas e motos,
agora se recolhia em casa...
E se protegia do intenso fluxo de caminhões,
carros

e ônibus.
Em ruas e
comércios aglomerados.

Sem o saneamento previsto,
as fossas se misturavam com os poços.
Tínhamos medo da água que saía da torneira.
E o sistema de saúde,
já precário,
transbordava,
fechando as portas
para quem mais precisou.

As marcas da concessionária Norte Energia
estavam por toda parte.
Para onde se olhasse,
havia um símbolo do *Grande Irmão*.⁸

Uma figura nebulosa.
Criada pelo governo
na forma de empresa.
Que recebeu
o maior financiamento da história
dos bancos públicos.
Fez promessas
de um futuro grandioso.
E agora...

Todos eram atraídos
aos seus *balcões*.
Onde decidia
sobre suas obrigações
como se favores fossem.
Com a espada do Leviatã ao seu lado.
Usando como parâmetro,
tão somente,
a sua conveniência.

E no meio disso tudo,
circulavam os indígenas.
Xikrin.
Parakanã.
Assurini.
Araweté.
Juruna.
Arara.
Kayapó.

Xipaya.
Curuaya...
Que passaram a frequentar a cidade
aos milhares...
Sempre tinham algo a resolver
no balcão de Belo Monte.

Havia toda sorte de incentivo
para os indígenas saírem de suas terras.
A empresa tinha distribuído os barcos.
Depois garantia o combustível.
E ainda oferecia refeições a vontade.
Bastava dizer quantos vinham...

Os Araweté andavam com as famílias.
As crianças de pés descalços.
Pisavam exatamente
onde corria tudo o que transbordava das fossas.
E lotavam ainda mais
as unidades de saúde já precárias.

Mas tal qual os trabalhadores,
os indígenas
não tinham lugar ali.

Alguns dormiam na Funai,
que tinha que ser estruturada,
mas não foi...
E operava num prédio,
com banheiro interditado,
localizado dentro do campus da universidade.⁹

Outros superlotavam a Casa do Índio,
que estaria reformada,
se as promessas fossem cumpridas.

Outros, ainda, acompanhavam seus doentes.
E ficavam na Casa de Saúde Indígena,
que ocupava um local insalubre,
numa casa antiga de bairro,
construída para abrigar uma família
de no máximo dez pessoas.

As doenças aumentaram.
Novas epidemias assolavam as aldeias.
E os indígenas vinham a toda hora.
Lotavam seus barcos.

E naquela casa ficavam os doentes.
Aguardando por uma vaga nos hospitais.
Ou em recuperação
para voltar para a aldeia.
Com muita gente junto.

Era um grau de insalubridade
que eu mesma adoeci
nas poucas horas
que dediquei a visitar esse lugar.

O *Grande Irmão*,
que chegou cheio de promessas
para este sertão amazônico,
esquecido por tantos governos,
agora começava a assumir outra veste.
E se recusava cumprir suas obrigações.

Negou-se a construir a nova sede
prevista para a Casa de Saúde.
Embora ele mesmo tenha afirmado
ser indispensável essa medida,
no documento que apresentou ao licenciador,
na época em que se dedicava a provar
que sua empreitada seria viável.¹⁰

Enquanto isso,
a torneira da distribuição de mercadorias
mantinha o sistema de balcão
por meio do qual os indígenas eram atraídos para a cidade.
Demandar.
Consumir.
Trocar.
Levar de volta às aldeias
o que tinham recebido.

Ficavam pela rua.
As vezes passavam dias
para a tal da reunião.
Cobravam as obrigações não cumpridas,
como se estivessem em guerra.

O agente de endemias,
relatou, certa vez,
que as campanhas de vacinação
chegavam nas aldeias
e só encontravam os velhos

e algumas poucas mulheres e crianças.

Portando,
nesse contexto,
chegar à aldeia Iriri,
era como seguir o rastro da mercadoria.
Tirar o véu
que encobria o seu destino.
E entender como aquele sistema operava.
O que ele representava
e o que punha em curso.

Sinto por não ter visitado
o canteiro de obras da usina.
Para ver com meus próprios olhos
como eram conduzidos
aqueles milhares de trabalhadores
que ergueram esse monumento
em plena Amazônia.
Nunca acessei como aquelas relações operavam.

Então, minha imagem desses canteiros
foi forjada por relatos.
Por denúncias genéricas,
de greves reprimidas
e de vidas perdidas.

Nunca conheci essa face de Belo Monte.
Nem sei dizer
se aquele macacão sujo,
sem cor,
também estampava
bordado
o símbolo da bandeira nacional.

Sei que,
somente relatos,
não seriam capazes de me fazer ver
até onde Belo Monte tinha chegado.
E o quão profundamente violava a Terra do Meio.

Talvez,
se eu não tivesse estado naquele dia,
naquela aldeia,
eu jamais compreendesse que,
na cidade eu presenciava conflitos,
mas que a verdadeira guerra de Belo Monte

se travava no Xingu.

O que estava em curso na aldeia Iriri
é parte daquela omissão histórica do Estado,
que testa a capacidade de resistência
dos povos do Xingu.

Mas agora, o que era omissão tornou-se ação.
De um gigantesco projeto fáustico.¹¹
Catalisado pela sua empreitada mais simbólica.
E que passa a operar,
instrumentalizando seu mecanismo mais eficaz:
a mercadoria.
Protegido por todos os aparatos de violência do Estado.

A FUMAÇA DE UMA EPIDEMIA *MARIHI*

Ao acessar a Terra Indígena Cachoeira Seca
ficava evidente
a incrível capacidade do *Grande Irmão*
de estar em toda parte.

Saltava aos olhos
um processo de etnocídio.
Muito mais consolidado
do que se poderia imaginar.

Naquele momento,
eu me deparava com as ruínas de um mundo,
estando ainda ali presentes seus habitantes.

Eram como sobreviventes...
De um povo dizimado.
Pelas epidemias
dos seres *xawarari*,
que seguem a mercadoria.

Aqueles que Kopenawa relata terem devorado,
um por um,
os seus antigos.
Que acreditaram nas promessas
e nada sabiam do perigo
dos objetos e alimentos que
aqueles *forasteiros*,
ávidos por ouro,
gentilmente ofereciam.¹²

Então,
o resto da aldeia dos Arara
se misturava aos restos das mercadorias
fornecidas por Belo Monte.
E, apesar de toda a beleza da floresta ao redor,
esse mundo
em ruínas
adoecia.

O solo parecia ter perdido
sua natural fertilidade.

A aldeia submergia...
Enquanto o resto de quinquilharias
se multiplicava...

O lixo,
tinha se espalhado por tudo.
Era como se brotasse da terra.
Plástico.
Brinquedos.
Garrafas de refrigerante.
Latas de óleo.
Pacotes de biscoito.
Ferramentas quebradas...

As casas estavam caindo.
A palha do telhado apodreceu.
Grandes fendas
deixavam as redes expostas ao tempo.
Era como se a aldeia Arara
de pouco em pouco
fosse sendo absorvida pela terra.

Os indígenas assistiam à destruição de seu mundo.
Estavam como que extasiados.
Sem reação.
Era impossível qualquer comunicação com eles.

Diziam que esperavam...
Por casas novas
prometidas pelo *Grande Irmão*.
Que viria então reconstruir a aldeia.

Todos os meses o balcão de Belo Monte
renovava a cota de mercadorias.
Por um sistema de pedidos,
que vinham em listas de desejos.
E assim punha em movimento
a sua ação de conquista.

Num certo momento,
uma velha índia se aproxima.
Curvada, com os braços encolhidos,
estendeu a mão.
E entregou um pequeno tubérculo.
Uma batata doce queimada na brasa.
Não maior do que um grande feijão.
Era tudo o que eles tinham a oferecer...

É impressionante!
Mas, na fartura da mercadoria do branco,
a aldeia Arara passava fome.
Não havia mais nada plantado.

Os líderes estavam pela cidade.
E todos esperavam...
Uns, na fila do *balcão*.
Outros, nos escombros deste mesmo *balcão*.

Aguardavam pelo provedor infinito
de bens de consumo
e alimentos fáceis.
Que fez uso de promessas
e agrados
para ganhar o seu silêncio.

E que, quando conseguiu o que queria:
a licença para prosseguir com as obras da hidrelétrica,
passou a negar-lhes tudo.
A controlar o que eles acessariam.
E agora, estavam ali...
paralisados.

Esse lixo
era o resquício de uma epidemia,
que silenciou a força do grito do médio Xingu.
Os tirou de seu território.
O local sagrado,
aonde se fortalecem
protegidos pelos seus maiores
e pelos espíritos da floresta.¹³

E os atraiu para a cidade,
aonde sobravam pelas ruas,
sob olhares preconceituosos,
humilhados em locais indignos,
ao abandono de suas atividades
produtivas e culturais.
Deixando nas aldeias
velhos e crianças,
vulneráveis.

Essa efervescência:
o despejo de mercadorias
e alimentos processados,

acontecia numa velocidade tal,
que não houve tempo
de serem ressignificados
pelos indígenas.

Então,
essa epidemia,
deixou
não uma
mas várias novas doenças.
Que se espalharam
como fumaça ao vento.
Nos velhos...
Nas mulheres...
Nas meninas...

As lideranças voltavam das reuniões sem nada.
Ou com promessas de papel:
aqueles escritos de tinta nas peles de árvore,¹⁴
que Kopenawa diz não terem valor algum.

Os caciques perdiam a confiança da comunidade.
As aldeias se dividiam.
Famílias se afastavam.
Os velhos não eram ouvidos.
E o que parecia uma efervescência na cidade,
virou uma convulsão social,
econômica
e cultural.

Essa fumaça,
da epidemia *Marihi*,
se espalhou por todo o médio Xingu.
Até a mais remota aldeia Araweté
encravada no Igarapé Ipixuna.¹⁵

O professor Bonitinho Arara
contou a história do seu povo.
Relembrou que quase foram exterminados
com a fumaça
da abertura da transamazônica.
Que *arrancando a pele da terra*¹⁶
dividiu e ocupou o território arara.
E que depois,
ocupou e dividiu o que havia sobrado.

Contou que viveram durante anos

fugindo em seu próprio território.
Escondidos na mata.
Cuidando uns dos outros
para não desaparecerem.

Até que, em 1989,
depois de várias frentes de atração,
o Estado conseguiu a ‘pacificação’ do povo arara.
O grupo de mais recente contato do médio Xingu.
Que passa então a habitar
oficialmente
um espaço na beira do rio,
que ficou conhecido como aldeia Iriri.

Desde então,
esteve com os Arara
um sertanista da FUNAI,
conhecido como Afonsinho.
Uma figura querida pelos indígenas,
que passou vinte anos na aldeia,
e cujo nome é rememorado a cada fala.

Contam que o Afonsinho fazia tudo com eles.
Intermediava a sua relação
com o mundo não indígena.
Os acompanhava nas eventuais idas à cidade.
Ajudava com as roças...

Até que,
em 2009,
de um dia para o outro,
a FUNAI retirou o Afonsinho da aldeia...

Quando?
No momento exato
em que Belo Monte chegou!

O Estado se afasta...
Numa omissão em que o não estar
era parte essencial de sua presença.

E a primeira relação dos Arara
com a sociedade não indígena
foi nos balcões de Belo Monte.
Onde tinham direito a uma cota mensal,
que eles sequer mensuravam quanto representava.

E naquela engrenagem
que girava num movimento incessante,
os Arara tinham que criar
as suas necessidades de consumo,
para não perder o que Belo Monte lhes oferecia.

Então, os espelinhos
foram assim distribuídos
numa quantidade avassaladora.
Porque Belo Monte tinha à sua disposição
toda fortuna destinada à mitigação
dos seus impactos.

Que vai ser desviada
dos programas,
para o *balcão*.
Numa política de silenciamento,
pacificação
e conquista,
que ficou conhecida como *Plano Emergencial*.

Sem lastro nas normas do licenciamento,
com a Funai desmontada,
a concessionária pôs em prática
um sistema de distribuição maciça de mercadorias.
Que transformou os programas mitigatórios
no maior braço de Belo Monte,
levando os seus impactos
mais longe do que qualquer prognóstico poderia esperar.¹⁷

A Terra do Meio tinha que ser cuidada!

Porque a história do povo Arara,
é também a história dos Araweté.
Que quase foram dizimados
por um surto de conjuntivite
na época do contato.

E a história dos Araweté
é história de todos os povos do médio Xingu.
Que apesar das suas diferenças,
são grupos sobreviventes...
Às empreitadas que antecederam a Belo Monte.
À abertura da grande estrada.

Todas seguidas de epidemias
e mortes.

De abandono.
E de promessas
não cumpridas.

Depois de décadas recriando os meios de se auto proteger,
sendo testada em sua capacidade de resistência,
a Terra do Meio estava exaurida.
Enferma,
ainda se recuperava
dos traumas do contato.
Das ações de extermínio,
da sua floresta
e de seus povos.

Então,
quando o governo anuncia
que pretendia construir Belo Monte
no Xingu,
todos os estudos,
incluindo aqueles elaborados pelas empreiteiras,¹⁸
alertaram que
a Terra do Meio era um ambiente desfavorável
para uma intervenção dessa magnitude.

E que essa empreitada
seria a mais complexa
da história dos licenciamentos.

Porque imporia um desafio inédito:
criar uma estrutura apta a lidar com 11 povos indígenas,
com cosmologias
e épocas de contato diferentes.
Com tempo próprio para o diálogo,
reuniões e tomadas de decisão.
Com meios próprios de compreensão
e construção das ideias.
E que, portanto, interpretariam Belo Monte
à sua maneira.
Com reações singulares
a cada novo episódio.

Belo Monte foi então definida
como o catalizador
de um processo de degeneração
desses mundos que coexistem no Xingu.
Que seria agora acelerado
a uma velocidade incompatível

com a capacidade de auto-organização
e resistência da Terra do Meio.

Seria uma intervenção mortal
aos povos indígenas.
De magnitude incomparável
com as empreitadas do passado.
E os atingiria
todos
ao mesmo tempo.

É por isso,
que a autorização para esse projeto
dependeu do compromisso,
e da garantia,
de que seria fortalecida
a capacidade de reação da Terra do Meio.¹⁹

A obra não seria autorizada
se não fosse condicionada
a medidas que protegessem os territórios
e fortalecessem
cada um dos grupos indígenas
do médio Xingu.

Veio então escrito na Licença Prévia
que Belo Monte só era viável
se implementado um amplo programa mitigatório,
com obrigações do Estado
e da concessionária.

Em 2010,
o Plano Emergencial
antecederia a implementação desse programa.
Como uma forma de estabilizar a região,
dando condições para que as ações
pudessem ser implementadas com êxito.
Seu objetivo era o fortalecimento
das atividades produtivas e culturais de cada povo.

Ainda não foi mensurada
a tragédia gerada
por esse sistema de listas
e de distribuição de mercadorias.²⁰

Mas já está dito:
as mitigações eram freios às transformações que viriam.

E o uso da mercadoria
como mecanismo de silenciamento
e pacificação,
com o desvio dos recursos
do Plano Emergencial,
levou Belo Monte mais longe do que se poderia imaginar.²¹

Então a ação de Belo Monte no Xingu
representa uma perversão do processo de licenciamento.
Que desmorona
quando mitigação e pacificação se confundem.
Quando os recursos
desviados de sua finalidade
tornam ainda mais forte
aquilo que deveriam frear.

A retirada do chefe de posto da FUNAI
no momento em que Belo Monte iniciava as tratativas de balcão
com os Arara
é mais um triste capítulo
da história desse grupo.

Que apenas pode ser compreendido
em sua real dimensão,
se imaginarmos a aldeia Iriri
arruinada por essa uma epidemia
que Belo Monte soprou no médio Xingu.
E, ainda, abandonada,
como uma ilha,
num território invadido
e desprotegido.
Onde a concessionária
até hoje recusa-se a construir a Base de Vigilância
da proteção territorial prevista para 2010,
alegando risco à integridade física
de seus trabalhadores.

A LEI DESENHADA SOBRE A PELE DAS ÁRVORES DERRUBADAS

*Excelência,
Eu nunca fui tão kelseniana
em toda minha vida!
Só estou pedindo que a consequência advenha,
uma vez dada a causa.*

Essa foi a resposta que dirigi ao magistrado
quando comentou o pedido
que o Ministério Público Federal
levava ao Poder Judiciário,
em 2013.

O juiz,
naquela ocasião,
sugeriu que a Ação Civil Pública proposta
sobre o Sistema de Proteção Territorial,
formulava teorias
e pedidos complexos.
E começou a mencionar
um a um
o nome de jus-filósofos
pragmáticos norte-americanos.
De escolas pós-positivistas.

Foi difícil acreditar no que eu estava ouvindo.
Porque era justamente o contrário...
Em Belo Monte
não eram necessárias grandes teorias
para os requerimentos judiciais.
Porque ali se pedia apenas
a aplicação da lei.

Era tão óbvio...
Tão evidente.

Se a obra se sustenta numa condição
e essa não advém,
ela perde a sustentação.

Só que
em Belo Monte
causa e consequência

não faziam sentido.

Porque a obra era inexorável.
Seguiria a qualquer custo,
sustentada nela própria.
Independente de relação
com a ordem jurídica.

Para que Belo Monte fosse viável,
estava dito,
condicionado
garantido e
prometido:
a Terra do Meio seria protegida!²²

Por um Plano de Proteção Territorial.
Que espalharia mais de vinte Postos de Vigilância
pelos pontos sensíveis
que expunham os territórios indígenas
do Médio Xingu.
Em estradas.
E nos rios.

Em 2010,
esse sistema de proteção
condicionou a licença prévia da hidrelétrica.
Para ser implementado naquele mesmo ano,
logo após o leilão.

É então autorizada a marcha
para a construção da usina.

Passam dois anos...
Os territórios desprotegidos!
Vem a Licença de Instalação...

A condicionante,
que já vai perdendo o seu sentido,
é reafirmada na nova licença.
O IBAMA agora recondiciona a instalação de Belo Monte
ao início do Plano de Proteção,
em 30 dias.
Sob pena de retirada da sua anuência
com a continuidade do processo.

Passado mais um ano...
Pedíamos, então, que fossem suspensas

as obras da hidrelétrica
até que se implementasse
a proteção dos territórios.²³

Parecia simples:
era uma condição prévia
à instalação do empreendimento.
Vital para todos os povos.
E uma garantia ambiental
inafastável.

A exigibilidade da condicionante,
e o seu descumprimento
estavam demonstrados.

Eu afirmava.
E reafirmava...
Naquele momento,
o que estava em questão
era o Estado de Direito.

As escolhas políticas de um governo
não poderiam ser concretizadas
à margem da lei.

Era evidente:
Belo Monte desafiava
as instituições de Justiça.

Eu acreditava ser necessário
e possível
exigir que o empreendimento
seguisse os trilhos da legalidade.
Respeitando as normas do licenciamento.
Que na sua forma mais concreta,
seriam as licenças ambientais,
com todas as condicionantes.

O juiz então decidiu que o dano era regional.
Declinou de sua competência.
E encaminhou a ação
para a capital do Estado.

E ali...
naquela vara especializada
em assuntos ambientais,
não foi prioridade...

E a análise do Sistema de Proteção Territorial de Belo Monte ficou ainda mais um ano parada.

Até que um dia,
em meados de 2014,
nas férias de um,
outro juiz decidiu decidir.

Concordou que o Plano de Proteção tinha que ser implementado.
Sim...

Essa obrigação era real!
disse o Poder Judiciário.
E estava claramente descumprida...

Mas a obra não poderia parar!

E ela seguiu...
Foi concluída...
E a Terra do Meio
ficou abandonada à própria sorte.
Estando já dito
que dessa vez
as suas estratégias de autoproteção
não seriam suficientes...

O Plano?

Foi reformulado em 2015
no balcão em que a FUNAI
negociou a Licença de Operação da usina,
a despeito do parecer técnico contrário.
Agora, reduzido,
teria que fazer frente ao dano já realizado.
E a conta, mais uma vez,
ficaria para depois.

Devem se perguntar:
e o que aconteceu
com o território do povo Arara?
A verde mata que envolvia
aquela aldeia em ruínas?

A Cachoeira Seca
tornou-se a área indígena mais desmatada
da Amazônia brasileira.

E o mapa da Terra do Meio,
que enfeita meu gabinete,

perdeu completamente
sua atualidade...

Os Assurini prendiam os madeireiros
na Terra Koatinemo.
Os Xikrin se armavam para retirar os ocupantes
da Trincheira Bacajá,
invadida em inúmeros pontos.
A Terra Arara do Laranjal
foi ocupada.
A Terra Ituna-Itatá
foi loteada.
Os Juruna
com medo de circular em seu território.
O povo Arara e o povo Parakanã
com risco de genocídio...

Perdi as contas
de quantas vezes ouvi o cacique Surara
lamentar
em detalhes
a história
do dia em que
um representante do governo
chegou na aldeia Apyterewa.
Para contar aos Parakanã
sobre Belo Monte.

A usina ia ser construída,
quisessem eles ou não!
Mas, apesar de algumas coisas ruins,
eles seriam beneficiados
porque iriam ter a sua terra de volta.
Seria uma obrigação condicionante de Belo Monte
a desintrusão da TI Apyterewa.
E o líder indígena repetia
que eles então ficaram felizes...

O cacique Mobu-Odó,
da aldeia Iriri,
conta uma história parecida.
E diz que os Arara foram enganados.
Porque fizeram promessas
só para conseguir
a aceitação de Belo Monte.

Eles hoje pedem socorro,

porque têm medo de andar pelo seu território.

Com as suas palavras
estão dizendo que
as condicionantes da usina
operam como promessas.
Descumpridas.
Feitas para conquistar a amizade.

Entendi, por fim, que essas condicionantes
são abstrações.
Formalmente simbolizam
a adequação no projeto à lei.
Mas, enquanto norma concreta do licenciamento,
passam a ser desnecessárias
para dar sustentação à obra.
Que cada vez mais
se funda no puro fato:
ela própria.

Fato!
E não o direito!
Um fato que cada dia,
ao se consumir,
tornava-se mais potente
para garantir sua inexorabilidade.

É incrível como não foi necessário mudar a *lei da terra* ²⁴
para construir Belo Monte.
Tudo acontecia
sob a égide de uma Constituição plural,
que protege o meio ambiente
e garante a todos
seus modos de viver.

Mas a lei não precisava se aplicar.
Fizessem o que fizessem,
a consequência não advinha.
A ordem jurídica era suspensa,
para que interesses maiores fossem buscados...
E o Estado fazia uso de todos os meios
para manter em movimento o seu projeto.

A norma vigorava.
Mas sem significar.
E a sua suspensão,
não implicava na sua abolição.

Mas criava uma zona de anomia,
que mantinha uma relação formal
com a ordem jurídica.²⁵

Um Estado de Exceção,
onde,
dia após dia,
a exceção foi virando a regra.

Essa lei do branco,
desenhada sobre a pele das árvores derrubadas,²⁶
que Kopenawa denuncia,
em Belo Monte,
tornou-se mais um mecanismo de pacificação
e de silenciamento.

A experiência nesse processo
força a compreensão do direito como retórica.

E o movimento
se auto abastece de combustível,
e se mistura com ele,
sustentando a si próprio.
Removendo todos os obstáculos,
para chegar até a última aldeia
do médio Xingu.

E AS AMARRAS FORAM SUSUPRIMIDAS PARA LIBERAR O FLUXO DO INEXORÁVEL

No contexto do domínio total
que se impôs sobre o Xingu,
a aldeia Arara pode ser analisada como
um *campo*
em que Belo Monte põe em curso
a experiência de
um *mundo em que tudo é possível*.²⁷

Um lugar cujo destino
liga-se inexoravelmente
à lei do movimento.

Que faz girar um projeto
predestinado a se realizar
e a estar em toda parte.

A primeira marca de Belo Monte
é o pressuposto
de que a obra tinha que acontecer
a todo custo.
Soava como se houvesse algo
mais forte do que tudo e todos.
Uma decisão inquestionável,
que está além das alçadas
da intervenção dos seres humanos.

Era como se de um ponto para trás
não se discutisse.
Não houvesse nada a ser dito e feito.
Apenas um pressuposto.
Uma certeza.
Um dogma.

Arendt fala de um *mundo em que tudo é possível*.²⁸

Mas, expõe,
antes de mais nada,
a condição humana
para um *outro mundo possível*.²⁹

Ao considerar o milagre

de cada nascimento,
resultado da espontaneidade,
que marca a história
com a possibilidade constante
da abertura para o novo.
Para um por quê.
Um não.
Um outro caminho.

Diante da liberdade
não há lugar para pactos intangíveis.
Ou projetos desenhados
por leis sobre-humanas.

Porém, eventos de violência radical
levaram a filósofa a descrever
um mundo
onde toda resistência
precisa ser suprimida
para deixar fluir o inexorável.³⁰

E o campo...
É o experimento
da redução da espontaneidade
à nudez da vida animal
de réplicas de uma matriz humana.
Desprotegida.
Supérflua.

E o que está além da possibilidade
do imaginável,
que nos força a dizer,
com perplexidade:
o que é isso?
como é possível?
é a violência
e a destruição
autorizadas.
Para retirar do caminho desse fluxo
todos os obstáculos
que lhe impuserem resistência.

Então, Arendt define esse *tudo é possível*
a partir da supressão daquilo que põe limite.
Que possa pôr em questão.
Negar autorização.
Apontar outra possibilidade.

*O mundo em que tudo é possível
realiza a lei do movimento.³¹*

*Cujo objetivo principal é permitir
à força da natureza
ou da história
propagar-se livremente
por toda a humanidade.
Sem o estorvo
de qualquer ação humana
espontânea.³²*

*Procura 'estabilizar' os homens
a fim de liberar as forças
das leis que regem o inevitável.³³*

*O movimento se realiza,
quando suprimida a oposição.
Reina supremo,
quando ninguém mais lhe barra o caminho.³⁴*

*Sua finalidade ulterior
não é o bem-estar dos homens
nem o interesse de um homem,
mas a fabricação da humanidade.³⁵*

*Elimina os indivíduos
pelo bem da espécie.
Sacrifica as 'partes'
em benefício do 'todo'.³⁶*

*Arendt descreve a essência do regime totalitário:
proporcionar a essas forças sobre-humanas
um meio de acelerar seu movimento.
O qual, transcorrendo segundo sua própria lei,
não pode ser tolhido a longo prazo.³⁷
Pois no fim, a sua força se mostrará sempre
mais poderosa
que as mais poderosas forças engendradas
pela ação e pela vontade do homem.*

*Mas pode ser retardado...
E é retardado quase inevitavelmente
pela pluralidade humana.
A liberdade criativa e criadora...*

No fim das contas
do relato arenditiano
nos deparamos com o que há de mais estarrecedor:
o genocídio transforma-se num processo natural.
Inevitável.
E o papel de Hitler
e sua única responsabilidade
seriam *executar as sentenças de morte*
que a lei da natureza pronunciou.
Removendo os obstáculos que
impediam o fluir do inexorável.
Imprimindo-lhe uma velocidade
que ele, por si mesmo,
jamais atingiria.³⁸

São várias as amarras
que põem limites
ao projeto único de sociedade
que Belo Monte sustenta
tomando o Xingu como combustível.

A legislação ambiental é uma delas...
Assim como a existência
de *mundos dentro do mundo.*
Que, por si só,
e originalmente,
são incompatíveis
com a lei do movimento.

O que faz os povos do Xingu,
em suas variadas relações
com o rio e suas águas,
emergirem como
obstáculo
à usina.
Uma forte resistência
que durante décadas
fez com que o projeto de Belo Monte
retornasse à gaveta.

Nesse contexto,
o uso da mercadoria
como estratégia de silenciamento
e pacificação dos povos indígenas,
é muito mais do que simbólica.

Belo Monte guarda

uma relação intrínseca
com a forma mercadoria.
Como se um alimentasse o outro.

Porque a usina
é combustível
de um projeto fáustico.³⁹
Que se serve da potência do Xingu
para satisfazer
os desejos infinitos
daqueles que Kopenawa
chamou de *povo da mercadoria*.⁴⁰

Então,
fazendo uso
dos vultuosos recursos de mitigação,
a ação de distribuição
de bens de consumo
tornou muito mais destrutivo
o mais forte braço de Belo Monte.

E o plano emergencial
foi uma arma potente,
para levar a fumaça dessa epidemia
aos sertões do Xingu.

A imagem daquela aldeia no Iriri,
era de um povo desnudo,
que havia sido
violentamente sugado de seu mundo
e de seu território.

E arremessado
ao apelo da mercadoria.
Numa velocidade
que não permitiu
que interiorizassem,
assimilassem
ou ressignificassem
tudo aquilo,
que não fazia sentido para eles.

E agora...
não havia nem um mundo nem outro.
Eram as ruínas de um,
e o lixo de outro.
E os indígenas estavam nesse limbo.

A imagem da aldeia Arara
me ocupa o pensamento.
Porque a morte
que eu ali encontrei
é algo que não sei descrever.

Tantas vezes me pergunto:
Como conseguiram chegar tão longe?
Ir tão fundo?

Só consigo ter como resposta
esse *mundo em que tudo é possível*.
Onde os meios são desmedidos
para garantir a inexorabilidade do projeto
e a materialização da lei do movimento.

O que mais assusta na descrição arendtiana
do domínio total
é o fato de aquela engrenagem
não ter sido posta em movimento
por nazistas fervorosos
ou assassinos sanguinários.
Mas por pessoas normais,
tomadas por uma absoluta incapacidade
de pensar
e de se colocar no lugar do outro,
e, então, pôr limites ao possível.

O que mais assusta em Belo Monte
é o silêncio
daqueles que
passivamente
aceitam a destruição desses diferentes mundos
que insistem em coexistir no Xingu.
Acreditando que Belo Monte
cumpra seu inevitável destino,
acelerando um processo natural.
Catalisando o inevitável,
que pela *Lei* deveria ser contido.

Tanto num caso
como no outro,
o silenciar da consciência
é a ponte para um *mal infinito*.⁴¹

**A *LEI* VIOLADA NO (MAL)ENCONTRO
DE BELO MONTE COM O RIO XINGU**

A NOVA LEI DA TERRA

Já estava dito:
a obra seguiria a qualquer custo!
Então...
Um rolo compressor
dá início à evacuação
dos espaços de interesse
do empreendimento.

É novembro de 2014.
Um dos momentos
mais complexos
do processo de instalação da usina.
Porque envolvia a remoção
de mais de 6 mil famílias,
que moravam nas áreas urbanas
destinadas a ficar submersas.

É convocada Audiência Pública.
O auditório lotado.

O esforço da população
para permanecer dentro do prédio
era um prenúncio...
O calor sufocante,
apenas um detalhe,
para aqueles que tinham esperança
de que sua vida se decidiria naquele dia.

Faixas escritas por todo o lado,
davam a impressão de que
a resistência ao inexorável
estava aprisionada.
Mas que sempre esteve ali...

Naquele momento
era como se um grito eclodisse.
Um silêncio se rompesse.
As pessoas falavam,
empunhando os microfones,
para dizer o que não aceitavam.

Mostravam como resistiam

individualmente.
Negando-se a aceitar
o que era imposto pela empresa.
Era como se estivessem sendo sufocadas...

Porque negociar com o *Grande Irmão*
era algo como o processo
que Josef K. levava nas costas.⁴²
Que não findava...
Que o perturbava.
E cujo termo não representava um respiro.
Mas uma derrota.

Não aceitavam o que era ofertado.
Numa negociação,
em que a uma das partes
restava apenas a escolha de dizer sim.
Poucos compreendiam.
Aqueles que podiam ler
ou que puderam pagar um advogado
tinham mais condições.
Mas todos estavam ali:
irresignados.

De fala em fala,
vem à luz o que opera
num mundo
em que os direitos
tornaram-se obstáculo
ao fluxo do inexorável.

A senhora que assinou sem ler
um termo de aceite não preenchido.
Como um cheque em branco...

A moça que,
na propaganda da empresa
aparecia feliz na casa nova.
Agora chorava dizendo que foi enganada.

Um folder que circulava...
Datado de um ano atrás.
Onde a empresa dizia:
A casa será de alvenaria!
Num bairro bom!
Próximo ao rio
e ao centro!

Do tamanho equivalente!
Em três formatos!
Agora tudo mudava...

Era evidente:
alguém havia sido silenciado
com promessas...

E os relatos surpreendiam.
Mesmo àqueles que já conheciam
um pouco da história.

Como eu.
Que dias antes,
tinha acompanhado
uma humilde senhora,
para observar
como operavam as negociações.

Havia uma empresa contratada.
Para a relação direta com os atingidos.
Como uma interposta pessoa,
numa estratégia de preservar
a imagem dos donos do negócio.

Ocupava uma casa.
Dessas de classe média.
Muradas.

As pessoas chegavam,
se enfileiravam do lado de fora.
No sol.
Iam entrando...
Daí esperavam em pé
num espaço que um dia deve ter sido a garagem
e o jardim da casa.
As que estavam na vez avançavam.
Uma sala pequena servia de recepção.
Ali ficavam sentados,
até o momento em que seu nome era chamado.

A porta então se abria.
No cômodo seguinte,
havia guichês adaptados,
com mesas de escritório.
A pessoa sentava
diante do funcionário da empresa.

Um assistente social que trazia uma pasta.
Um processo.
Com uma história
narrada sob o olhar do *Grande Irmão*.

Nesse momento era então apresentado o resultado
da adequação de uma vida,
aos *critérios de elegibilidade*⁴³ da concessionária.
Depois de tanta espera,
vai ser comunicado o seu caso.
No que se enquadra
e quanto custa para Belo Monte.
Se é que custa...

Muitos assinaram
com seus dedões.
Os que se negavam
a selar aquele negócio,
recebiam à mesa
um advogado da empresa.
Da empresa contratada...
Cujo papel era explicar porque tinha que ser assim.
Mostrar a regra da *lei de Belo Monte*
que traçava o seu destino.

Em insistindo o cidadão...
Em exigindo que seu direito fosse mais longe
do que aquilo que estavam ofertando.
Então a negociação era suspensa.

Mais uma vez...
Voltaria sem resposta.
Continuaria a assistir os vizinhos saírem.
As casas sendo demolidas...

Agora, seu processo
subiria à concessionária Norte Energia,
para *estudo de caso*.

No andar de cima
ficavam os advogados da concessionária.
Não todos.
Porque eram dezenas.
Especialmente contratados
para garantir
a rápida evacuação das áreas de interesse.

O caso então seria decidido
pela concessionária...
Todos os argumentos seriam analisados
pela concessionária...
Avaliados e julgados
pela concessionária...
Segundo os *critérios de elegibilidade* e regras
que ela mesmo criou.

Era espetacular!

Mas atrás daqueles muros.
Naquele mundo
que Belo Monte criou,
para dar fluxo ao inexorável.
Com a velocidade máxima.
Estava em curso um sistema
em que o *Grande Irmão*
operava como instância recursal
da própria causa.
A qual decidia
segundo as regras que ele mesmo criou.

Ali, a concessionária era soberana.
Porque o Estado
ao mesmo tempo em que abandonava
o seu cidadão,
usava de todos os aparatos
para garantir o movimento daquela engrenagem.

Era muito mais do que simbólico
que no momento em que se efetivava
a remoção de milhares de famílias,
a Defensoria Pública do Estado
tenha deixado o Município.
E a Defensoria Pública da União
nunca havia estado ali.

Então,
naquela casa,
sob o símbolo do inexorável e
a espada do Leviatã,
as negociações eram conduzidas
pelo medo da Justiça.

Para aqueles que seguem uma carreira jurídica
e que têm a dimensão das teorias

e recursos
e remédios constitucionais
ver no olho do cidadão o temor pela Justiça
é mais do que uma constatação...

Naquele mundo sem limites ao possível,
o acesso ao Poder Judiciário
era uma via exclusiva da empresa.
E era o deslinde certo para um acordo não firmado
segundo a sua proposta.

E agora, a Audiência Pública
trazia à luz muito mais
do que se operava atrás daqueles muros.
E o que ficou claro naquele momento
era que a *lei de Belo Monte*⁴⁴
não cabe no Xingu.

Ela foi feita para criar ficções
de uma formal viabilidade
do empreendimento.

Quando não interessava,
nem precisava se aplicar.
A exemplo das tantas condicionantes não cumpridas...
Mas quando beneficiava a empresa,
ela se transformava na *nova lei da terra*.⁴⁵

Naquela Audiência Pública estava evidente:
aquilo que a concessionária chamava
de *critérios de elegibilidade*
eram regras que vieram de fora.
Que as pessoas sequer compreendiam.
Mas que geravam a *exclusão de um tratamento*.
Que selavam destinos...
Apagavam os esforços do passado
para a conquista de um lugar
que chamavam de casa.

A premissa legal daquele processo
era um Plano de Mitigação
com diretrizes gerais,
cujas regras deveriam ser construídas
com os atingidos,
para que fizessem sentido
às peculiaridades da região.

Isso jamais teria resultado
em casas-caixa de cimento,
com cozinha americana,
sem possibilidade de atar uma rede.
Longe do rio.
E dos vizinhos.

As pessoas não conheciam
a *lei* que definiria seus destinos.
E na hora de seu cadastro
não dimensionavam as consequências
do que estavam afirmando
e assinando...
Agarravam-se na promessa genérica
de uma realocação digna.

O filho contou que morava no fundo do terreno de seus pais.
E que quando questionado se contribuía
com as despesas da casa principal,
respondeu que sim...
Então, pra Belo Monte ele era um inquilino.
Que não teria direito a uma realocação...

Os casos iam surgindo.
Ecoavam no auditório.
E se dirigiam à mesa,
repleta de autoridades
vindas de longe.

O Governo Federal,
que era coautor daquilo tudo,
e assistia em silêncio...

O IBAMA.
Que concedia as licenças,
independente do cumprimento das obrigações
que ele mesmo havia dito serem condição.

A Defensoria Pública da União,
que nunca estivera ali.

A concessionária: o *Grande Irmão*.
Que naquele momento tinha sua conduta
desvelada.
Questionada...

Mas aqueles casos precisavam de uma resposta!

O olhar da população interpelava.
E era impossível não reconhecer
a necessidade de avaliar
as regras que a empresa aplicava,
e como estava operando.

Então... foi dito e assinado
pela mesa:
*Todos os presentes
concordam
que será criada uma Câmara Interinstitucional
para tratar dos casos de discordância de atingidos
com os critérios estabelecidos
pela concessionária Norte Energia.*⁴⁶

Também... foi dito e assinado:
todos os casos apresentados
na Audiência Pública
seriam discutidos
nessa *Câmara Interinstitucional*,
e seria realizado um seminário
para consolidar seu regimento.

Ao Ministério Público Federal coube
a redação de uma proposta
a ser tomada como ponto de partida.

Com isso, as luzes se apagaram...
As pessoas retornaram
em silêncio
para suas casas.

Dias depois,
uma proposta de regimento
para a instância interinstitucional
foi a todos enviada.

Não houve resposta...
Insisti.
Ninguém respondeu.
Insisti mais uma vez...

O governo nunca se manifestou...
Tampouco o licenciador.
Já a empresa afirmou por ofício
que não concordava
em participar da Câmara Interinstitucional

tal como proposta na minuta.

Gentilmente,
solicitei que manifestassem
a sua proposta.
Até hoje aguardo essa resposta...

Tal como a *lei desenhada*
na pele das árvores derrubadas,
que Kopenawa alertou:
vigorarem sem significar!⁴⁷
Em Belo Monte os compromissos
não se destinavam a ser cumpridos.

A pactuação da *Câmara Interinstitucional*
foi a saída encontrada para
desmobilizar aquelas pessoas
que exigiam uma resposta.
Era como desatar um nó.
Remover um obstáculo.
Apagar um incêndio.
Limpar de todo risco
as entranhas da engrenagem.
Que então seguiria incólume.

E a tal instância interinstitucional,
que discutiria a *nova lei da terra*
criada por Belo Monte,
tornou-se uma palavra
que não podia ser dita.
Ninguém estava autorizado a falar sobre isso...

O descumprimento desse compromisso
por parte de um governo
que se dizia do povo
é mais uma página dessa história,
que nunca será esquecida pela população de Altamira.

Mas a Defensoria Pública da União
cumpriu sua promessa,
porque naquela mesma Audiência Pública
o defensor,
vindo de Brasília,
se disse perplexo.
E comunicou
que as pessoas não ficariam mais desassistidas.

Então aqueles jovens defensores federais
iam chegando.
Se revezando.
Se desdobrando.
E eram forçados a negociar
nos balcões de uma empresa soberana.
Tomando a sua *lei* como pressuposta.

Mas com a diferença de que agora
o cidadão também
poderia recorrer ao Poder Judiciário...

A chegada da Defensoria Pública da União
marcou a história desse (mal)encontro.

O anúncio...
Primeiro de que estariam ali.
Depois, de que se instalariam
em definitivo.
Trouxe esperança.

Parecia que a cidade acordava.
Era uma movimentação inédita.
Começaram a aparecer pessoas,
vindas de todas as partes.
Carregavam nas mãos uma pasta,
onde guardavam dentro de um plástico
os documentos fornecidos pelo *Grande Irmão*.

E de pouco em pouco
fomos percebendo
que avistávamos apenas
a ponta de um iceberg.

Não eram 6 mil famílias
que estavam sendo violadas.
Havia uma imensidão de áreas rurais
já evacuadas.
Comunidades centenárias
desmanteladas.
Centenas de ribeirinhos
que estavam sendo expulsos de suas ilhas.

O PESCADOR SEM RIO

Demorei quase três anos para entender
que o que estava em questão
era a expropriação do rio Xingu.
De seu modo de vida.
De suas águas.
De sua história.
E de seu futuro.

Iniciava o ano de 2015.
Numa manhã de sábado.
No momento em que um rolo compressor
evacuava os antigos bairros da cidade.
Fui acompanhando um pesquisador alemão
até a *Invasão dos Padres*.

O bairro do antigo baixão,
erguido na beira do Xingu.
Banhado pelos igarapés.
Por onde o pescador entrava com seu barco
que atracava logo perto de sua casa.
Ou sob o olhar do seu vizinho...

Ali, um dia,
num passado ainda mais remoto,
quando Altamira era ainda
a antiga Missão Tavaquara,
esse grande terreno pertencia à Igreja.

Com o tempo,
foi sendo povoado
por índios,
pescadores,
ribeirinhos.
Todo tipo de gente que estava ali pelo rio.
E por aqueles que o rio trazia,
de seus territórios distantes.

As casas eram de madeira.
Assim como os longos corredores
que ligavam umas às outras.

Palafitas...

Construídas na experiência da sazonalidade
do rio Xingu.
Parte do ano
tudo embaixo ficava seco.
Dava até para plantar.
E o mato crescia.
No inverno,
as águas subiam.
Às vezes passavam da porta...

Era baixo,
mas perto do centro.
Na verdade,
era como se as ruas de Altamira
levassem para aquele
lugar.
E ali se transformassem todas
na Rua da Peixaria.

Lembro do homem que passava com os peixes.
Presos nas pontas de um cabo de vassoura.
Que cruzava a garupa da bicicleta.
Eles brilhavam,
como se o sol espelhasse nas escamas.

Esse bairro,
que antes vivia entre o rio e a centro.
Agora teria que desaparecer.
Daria dar lugar a um parque.
Um lindo, verde e grande parque.
Que faria beirar os igarapés.
E embelezar a entrada da cidade.

Mas nesse dia.
Entre o mundo das palafitas,
que Belo Monte orgulhosamente
decidiu que deveria ser extirpado
e apagado da história.
E o futuro que anunciavam,
junto de todas as promessas
que traziam ao Xingu.

Entre aquilo que não existia mais
e o futuro prometido
que jamais aconteceu.
Havia um limbo.
Um nada...

E o bairro então agora era um barro.
Parecia que as casas estavam debaixo dessa lama.
Só se via umas poucas partes.
Pedacos de telha.
Tijolos.
Madeira.
Espalhados
e esquecidos.
Junto de todo o lixo que foi deixado ali.

Era um ex-bairro.
Não havia mais luz,
não chegava mais água.
As escolas tinham sido demolidas.
O posto de saúde desativado.

A vida tinha sido levada dali.
Para longe do rio
e do centro...
Para recomeçar,
de um outro jeito,
com novos vizinhos,
em casas de cozinha americana,
construídas à margem da cidade.

Pela *lei de Belo Monte*,
alguns não teriam direito a esse reassentamento.
Suas coisas não seriam levadas
para esse novo mundo.
Esses teriam que se virar,
com os valores indenizados pela palafita,
descontado o terreno,
que era da Igreja.

Até hoje não tenho notícia
se a Prelazia do Xingu recebeu por essa terra.
Mas era de conhecimento geral
que o desconto “da parte do padre”
foi uma estratégia
para baratear o custo dessa etapa.
Transformando moradias
em valores irrisórios.
Que serviam,
quando muito,
para comprar uma moto.

Sendo que muitas daquelas famílias
havam pago,
mês a mês
a prestação de seus terrenos.
E outras já haviam consolidado sua posse
há décadas.

Naquele dia,
a *Invasão dos Padres*
não era mais um lugar para se viver.
A máquina de remoção,
ligada numa engrenagem
que deveria operar com velocidade máxima,
trabalhou dia e noite.
E seguia incólume...

Os questionamentos eclodiam;
mas ficavam para depois
porque não poderiam interferir nesse fluxo.

Foi então que eu percebi.
Que aqueles que lutavam
por um reassentamento na margem do Xingu.
Ou que,
por algum motivo,
negavam-se a celebrar
o acordo com a concessionária.
Eles ali permaneciam.
No meio disso tudo...
desse nada...
Assistiam seus vizinhos
irem embora.
Um a um...

Resistir ao *Grande Irmão*
impunha um ônus pesado demais.
A casa ficava
cada dia mais só.
Como uma ilha,
no meio dessa lama.

Entramos na casa da Sra. Laura.
Que se apresentou como extrativista
moradora da Resex do Rio Iriri.

A ribeirinha então lamentou ver seus vizinhos partirem.
Desistindo...

Disse que sentia medo de deixar a filha sozinha,
naquela escuridão.
Que ficava ali,
cuidando da sua casa.

Apresentou com orgulho
cada canto daquele lugar.
Onde os sapatos sujos de barro
ficavam do lado de fora.
Os tecidos floridos
coloriam as portas.
E separavam os cômodos.

A casa da Sra. Laura,
que ela cuidava com tanta estima,
já tinha abrigado muita gente do beiradão.
Era a casa da cidade de uma família ribeirinha.
Que usavam quando traziam
a farinha,
a castanha,
vinham buscar aposentadoria,
acessar um serviço de saúde,
deixar o filho para estudar...

Rememorava o esforço que lhe custou
conseguir aquele lugar...
Dizia que a coisa mais importante
para o ribeirinho
é uma casa na cidade.
E que esperava
não ter que ir para a casa dos outros.
Ficar de favor.
Passar o que já tinha passado.

Explicou que a regra da concessionária
não entendia o seu lado.
Porque diziam que a casa que ela tinha ali
não valia como moradia.
Porque ela já tinha uma casa no rio Iriri.
Mesmo que fosse distante.
Há dias de barco dali.

Então a sua única opção
era uma indenização.
Que ela não aceitava.
E que ela não aceitava...

Então ela estava ali.
Sendo testada
no limite de sua capacidade de resistência.
Tendo que permanecer
naquelas condições.
Perdendo de tirar sua roça.
Seu sustento.
Humilhada.
Porque o valor que lhe ofereciam
não garantia nem a compra de um terreno...

Há uns duzentos metros,
outra casa.
Era uma construção boa.
De tijolos.
Que estavam aparentes,
mostrando que aquele teto
foi galgado de pouco em pouco.

Ali morava o pescador do *furo do pau rolado*.
Seu João.
A pele enrugada,
queimada do sol,
trazia um pouco da sua história.
E seus olhos azuis
expressavam uma indignação profunda.

Mostrou a casa que havia construído,
tijolo a tijolo.

Estava angustiado.
Por se sentir velho
para começar tudo de novo...

Ele tremia ao descrever a história da sua negociação.
Que narrava como um processo
que não chegava ao fim.
E que o matava a cada novo encontro.
A negação.
O desrespeito.
A falta de palavra.
Sua raiva era tanta,
que parecia que o corpo não ia resistir.

Ele então se levanta...
Caminha até o lado do sofá.
Para mostrar o motor do seu barco.

Que ele havia recolhido para dentro de casa.
E que agora ficava escondido debaixo
de um emaranhado de fios.
Metros e mais metros de rede,
que ele vai levantando enquanto fala.

A imagem do seu João
segurando
e sacudindo a sua rede de pesca
é para mim a marca
desse (mal)encontro de Belo Monte com o rio Xingu.

Porque ali eu me deparava
com o *pescador sem rio*.

Quando Seu João segura aquela rede
e começa a falar de sua ilha.
Seus olhos mudam de expressão.
A raiva
transborda.
E ele chora.

O pescador já tinha perdido sua casa
na ilha...
O lugar que era parte de sua identidade.
Onde seus filhos cresceram.
Onde tinha seus pés de murici.

Sua vida estava rompida.
Não podia mais voltar para o rio.
Sua história havia sido negada.
E agora tinha que ter um preço.
E ele não aceitava que tudo se reduzisse a tão pouco.
Como também não aceitava
ter que viver de outro jeito.

Viúva de marido vivo!
Era assim que a sua esposa,
Raimunda Ribeirinha,
comentava sua própria desgraça

Dias depois encontrei
outra Raimunda.
Também Ribeirinha...
Era a anciã daquela comunidade da ESEC.
O seu dedão era o primeiro que carimbava a folha amarela
que eu havia recebido em março de 2013.

Ela estava na cidade,
numa casinha
na Praia do Pepino.
Que era sua há décadas,
e que agora ela temia perder.

Dizia que não podia voltar pra ESEC.
Que tinha que ficar
esperando a concessionária passar.
Ou ela se portava
como moradora urbana,
ou perderia o direito a uma nova casa.
E teria que aceitar uma indenização irrisória.

O que a senhora Raimunda fazia,
outros os ribeirinhos do beiradão
que tinham casa na cidade
também precisavam fazer.
Permaneciam esperando,
sem renda...
porque a *nova lei da terra*
não entendia o que significava uma casa fechada
neste mundo do Xingu.

Estava claro:
o *Grande Irmão* espalhava outdoors
e propagandas pelas esquinas
Brasil afora.
Mostrando o futuro
com casinhas coloridas,
as quais contrapunha
à imagem do passado,
representada naquelas palafitas
de madeira.
Sem pintura.

Mas o que o *Grande Irmão* não entendia.
E nem pretendia entender.
É que as palafitas não simbolizam pobreza.
Mas traduzem uma forma criativa de viver.
Que é parte da estratégia,
de sobrevivência
nas margens dos rios sazonais
da Amazônia.

Então, uma casa fechada.
Na beira do Xingu.

Na ilha
ou na cidade.
É o símbolo
dessa vida
construída na alternância.

Uma vida ribeirinha.
De um ir e vir.
Entre a floresta e a beira.
A beira e o centro.
O rio e a rua.
Todos igualmente essenciais.

Não compreendia
que aquela casinha fechada
estava aberta em outro lugar.
E que ambas,
embora separadas,
eram uma.
E sustentavam,
em igual medida,
a vida ribeirinha.

Então, a escolha entre ser rural
ou ser urbano,
era algo que o ribeirinho não podia fazer.
Porque ele não é repartido.
Essa opção
representava uma renúncia total.
Ele é um.
E se tiver que se dividir.
Deixa de ser.

E a ilha.
Quando enche.
Embora tenha cultura ali,
é como se ela não tivesse nada.

Mas é uma falsa ilusão do nada.

A depender do momento que você chegar
pode não ter nem vestígio.
A água levou...

E você pode chegar
e se surpreender.

Essa é a palavra da professora
Sonia Magalhães,
quando comentava o acerto de Darcy Ribeiro
ao definir a floresta Amazônica
como *dádivosa e mentirosa*.⁴⁸
Porque ela é dádiva...
Cheia de frutos.
E ela mente...
Ela esconde o que oferece.

Isso tudo faz parte daquela beleza,
descrita por Kopenawa.
Inacessível,
por óbvio,
ao olhar do *Grande Irmão*.
Que negava a ilha como moradia.
E calculava o seu valor
pelo que encontrava
de benfeitorias construtivas,
quando identificadas nos itens de seus cadastros.
Elaborados por sua *lei*
vinda de fora.

Belo Monte não via.
Não reconhecia.
Que a dupla moradia
abrigava
e sustentava
a vida
no rio Xingu.

A estratégia do cadastro único,
que forçava o ribeirinho a escolher
entre ser rural
ou ser urbano
era mais do que um mecanismo
para baixar os custos da remoção.

Claro, porque eram menos realocações.
E as indenizações ínfimas
eram calculadas
descontando o *terreno dos padres*
e as ilhas da União.

Mas para além disso,
a negação da dupla moradia
é a forma mais explícita

da violência que Belo Monte impôs à Terra do Meio.

É o sintoma mais evidente
do massacre que traduz
a disputa pela água do Xingu.

Numa partilha
conduzida por uma *lei* vinda de fora.
Que se funda na invisibilidade dos povos do Xingu.

Belo Monte impõe a universalização
de seu próprio olhar.
Condicionado a só enxergar a si mesmo.
E a ver o Xingu como um vazio,
pleno do combustível para sua ganância.

Com essa *lei* vinda de fora
é fácil ao *Grande Irmão*
promover a evacuação forçada
de um território,
de águas
e ilhas.
Esfacelando um modo de viver.
E inviabilizando
a vida que constitui a marca
dos rios da Amazônia.

E nessa partilha das águas do Xingu,
estava em curso uma diáspora ribeirinha.
Que, de pouco em pouco,
se mostrava nos detalhes de um cenário
em que a realidade
ia ganhando luz.

Era um grande desafio enxergar
o que tinha sido feito invisível.
E ouvir o que tinha sido silenciado.
E mesmo quando isso vem à luz,
e se torna inegável,
a empresa insistia em manter intocável a sua *lei*,
negando-se a reconhecer a dupla moradia.

O deslinde do caso da Sra. Laura,
que aconteceu numa audiência de conciliação,
diante do juiz,
é daqueles momentos que se bastam para
resumir esse mundo que se instalou no Xingu.

Naquele dia,
o *Grande Irmão* violentou a todos,
que recuaram
porque não conseguiram reagir
ao preço imposto à Sra. Laura.

Era um espetáculo cruel.
Porque quanto mais Belo Monte oferecia à ribeirinha,
mais forte se negava a reconhecer a vida no Xingu.

O que aquela senhora queria
era uma casa em troca da casa que perdia.
Era o reconhecimento de sua moradia.
E do direito a uma realocação.

Era tão simples
dar uma daquelas tantas casinhas coloridas
para a Sra. Laura.
Mas isso não era possível!
Porque teriam então que reconhecer a dupla moradia.
Admitir a peculiar vida do Xingu
seria um precedente,
que ainda não sabiam quanto custaria.

E de repente ficou claro:
era então a última casa do baixão...
E Belo Monte pagaria para aquela ribeirinha quanto ela pedisse,
desde que abrisse mão da sua história
e de sua identidade.

Era um ciclo perverso.
Fácil de explicar:
a ribeirinha mantinha seu cadastro único,
como rural.
Pegaria o dinheiro.
E ela própria compraria uma casinha colorida
num reassentamento.

O juiz parecia surpreso
com a atitude benevolente da concessionária.
Porque
afinal
era um fato inédito.
O valor que se negociava
era maior do que o valor da causa,
tirando o dano moral.

E ao final,
quando o magistrado,
naquela postura de imparcialidade,
falando docemente,
coloca as duas mãos sobre a mesa,
e parabeniza as partes pela atitude conciliatória,
ele autorizava o *Grande Irmão*
a seguir.
Incólume.

Naquela hora,
era o meu grito
que não tinha eco.
Me retirei do processo,
para não ter que selar aquele acordo,
num triste momento
em que o balcão de Belo Monte
se instalava na sala da Justiça Federal.

Sem a certeza de uma decisão rápida e eficaz,
ninguém ali poderia suportar o ônus
de devolver aquela senhora
para aquele mar de lama.
Porque ela não suportava mais...

A RESISTÊNCIA SILENCIOSA

O Xingu é um território
de águas e ilhas.
Com curvas
e furos.

Suas cheias
encobrem galhos
e pedrais.
Que podem estar aqui ou ali.
Na superfície
ou há mais de vinte metros de profundidade.

Seu tão cobiçado declive natural
forma cachoeiras.
Que o tornam quase inacessível.

Durante décadas
a Terra do Meio
se manteve preservada.
Não devido a uma especial proteção do Estado,
mas à potência do Xingu.

Que mandava para longe os navegadores.
E forçava os que se aventurassem por suas águas
a usarem pequenas embarcações.
Deixando
intacta a floresta
que margeia o seu curso.

Navegar por aqueles labirintos
é assunto para quem tem o rio na palma da mão.
O conhece como a si próprio.
Entende como ele se transforma
a cada dia.
E consegue enxergar o caminho
invisível
que ele então oferece.

Há um fato:
não se chega a uma ilha do Xingu,
como quem procura um endereço na cidade...

Era sobre isso que se falava
numa tarde de maio de 2015,
na sede da Colônia de Pesca de Altamira.
Que ocupava uma casa
na Rua da Peixaria,
na antiga Invasão dos Padres.

Dentro de alguns dias,
uma Inspeção Interinstitucional
iria conduzir
professores
e autoridades
vindos de todas as partes do país
para ouvirem
os pescadores
in locu.⁴⁹
Nas ilhas do Xingu.

O objetivo da missão
era buscar as entranhas
da engrenagem
que punha em movimento
a evacuação do rio
e construir um entendimento
sobre o que estava acontecendo.

Eram três equipes,
que tinham três dias,
para acessar
os detalhes
de um processo invisível.

Pelo rio,
pelas estradas,
Na beira do cais.
Nos bairros da cidade.
Nos travessões
e ramais.
Sairiam a procura dos ribeirinhos...

Tentariam descobrir
para onde eles estavam sendo levados.
Aonde tiveram que se arrancar.

Se era realidade a terra que lhes prometiam.
E porque ninguém queria ir para lá.

Entender porque casos idênticos
de uma mesma família
tomavam caminhos tão diversos.

E porque,
no final,
quase todos tinham um desfecho comum:
a indenização!

Só que para desvelar e
desenhar essa realidade
ao olhar de quem vinha de fora,
era preciso saber exatamente aonde atracar.
E como chegar...

Então,
aquele encontro na Colônia de Pesca
era para que os pescadores
ajudassem a escrever esse itinerário.
E conduzissem as equipes pelo Xingu.

Eles tinham organizado o espaço.
Umas quinze filas com bancos,
todos ocupados.
E mais do que o dobro de pessoas em pé.
Recordo de um local escuro
e quente.

Na frente havia uma mesinha
e uma cadeira
reservados
para mim.

O desafio dos próximos dias
me ocupava.
Pois o caso dos ribeirinhos
era o evento de violência radical,
perfeito
para a tal Câmara Interinstitucional.
Se ela tivesse sido criada, lógico...
E não houvesse se tornado
uma palavra que não podia ser dita
dentro daquele Governo.

A inspeção
foi então a alternativa

encontrada
para atuar num mundo
em que os compromissos
não têm valor.
E em que recorrer ao Poder Judiciário
não era uma opção.
O tempo
e a falta de efetividade
eram incompatíveis com a diáspora em curso.

Pior do que o medo da Justiça
era o terror de encarar o seu veredito:
de que nada é demasiado importante,
ao ponto de conter o movimento daquela obra.
Que,
estava dito,
não podia parar!

E agora o *Grande Irmão*
precisava evacuar o rio.
Galgar o ingrediente final,
para dar realidade à cheia histórica.

E ali, com os pescadores,
na Colônia de Pesca,
eu tive a dimensão
do quanto a Inspeção Interinstitucional
seria desafiadora.
Porque poderia dar luz
ao invisível.

E ao mesmo tempo,
percebi que não era apenas a logística
ou os detalhes primorosos
que fariam aquilo acontecer.
Mas a escolha dos olhares
e a possibilidade de efetivamente
deixar o Xingu falar...

Foi quando a reunião já tinha terminado...
Eu permanecia sentada.
Olhava minhas anotações.
A cabeça pesada.
De uma gripe.

Então percebi que alguém se aproximava.
Em silêncio.

Parou e descansou.
Segurando na borda da mesa.

Eu vi apenas de canto...
A mão apoiada.
E meu olhar
foi se ampliando,
até desenhar
a imagem de um pescador.

Sou Manuel Raimundo! disse.

Era um homem bonito.
Com a pele queimada do sol.
E uma magreza,
que unia força
e sofrimento.

Começou a descrever
os detalhes da sua estória.
Com a pretensão de chegar
à saga da negociação
com o *Grande Irmão*.

Eu o interrompi.
Era como se a imagem do pescador,
que brotava
da mão
do Sr. Manuel Raimundo
já dissesse tudo.

Ali, naquela sala confusa
eu tive a certeza
de que estava diante
da história que eu queria conhecer
e permitir que o mundo conhecesse.

Perguntei como fazia
para se chegar na sua ilha.
Porque nós iríamos ouvi-lo
em sua casa.
Para que ele contasse de sua vida
no tempo que fosse preciso.

Nunca esqueço
todas as percepções daquele momento:
em que a história do Xingu

emergiu da imagem
do Sr. Manuel Raimundo.

Ali percebi que não haveria como acessar
a dimensão da violência e
da destruição em curso
se não compreendêssemos
a beleza do que se perdia.

Então a Inspeção *in locu*
era essa possibilidade
de reencontrar
com cor
e brilho
aquela imagem.
No seu lugar.
Envolta no rio
e na floresta.
Onde se move com desenvoltura
e ganha uma força única.
Protegida
pelos espíritos animais
em festa,
como descreve Kopenawa.

Então, chegar à Ilha do Poção.
Foi como transpor o objeto de
nossa compreensão,
da palavra à imagem;
e da imagem à vida.

Aquilo que a professora explicava
de forma quase poética.
Do ribeirão
como um ser que não existe dividido,
ganhava pleno sentido.

Sr. Manuel Raimundo
nos esperou com peixe na brasa
e açaí batido.

Com espontaneidade
foi narrando sua história.

E, sob a luminosidade do
sol amazônico,
os artefatos

e as paisagens
conferiam potência
à sua narrativa.

E seus gestos,
desenvoltos magistralmente,
punha em movimento
aquela imagem do pescador.

Trouxe o arpão,
para mostrar como pegava o peixe.
Encenou a execução do golpe.
Contou que nasceu em Almerim
e que aos oito anos
os pais o haviam deixado com um tio
que morava na ilha da frente.
Explicou os detalhes do plantio do açáí.
Da mata.

Sr. Manuel Raimundo conhecia
da ilha e do rio
como conhecia de si mesmo.
Então ao falar de sua vida
falava daquele lugar.
Era como se um: o Xingu,
e outro: o pescador,
compartilhassem da mesma
identidade.

Num dado instante,
a professora⁵⁰,
observando o rio
e as crianças que pulavam
e brincavam,
perguntou ao pescador
se ele já tinha ensinado os pequenos a pescar.

Pelo olhar da professora,
aquele senhor humilde
percebeu que não era uma simples pergunta.
Ela queria saber se o que ele conhecia
ia se perder.

Porque o conhecimento do Sr. Manuel Raimundo
é daqueles que os povos da floresta
recebem de seus velhos.
Que a frieza da palavra

e do papel
nunca será capaz de ensinar.
É isso que Kopenawa insiste em alertar.⁵¹

A conclusão da professora
de que algo essencial estava se perdendo,
veio do olhar do pescador.

Mesmo para aqueles
que nada conheciam do Xingu
logo ficou claro
o que representava
a expulsão dos ribeirinhos.

O que se rompia...
E o que isso causava.

Se o Xingu nutria sua vida,
retirar Sr. Manuel Raimundo daquele lugar,
era como cortar seu o alimento.

Foi fácil entender
porque ele negava
com tanta veemência
a terra proposta,
imposta,
pela concessionária,
no travessão 27 da transamazônica.

Estava então evidente
porque tantos ribeirinhos
ficavam com indenizações irrisórias,
mas não aceitariam ter que ir
para esse lote de terra.

*Sou pescador há trinta anos! Explicou Sr. Manuel Raimundo
Só saio da minha ilha
se me derem um lugar na beira do rio.*

Contou que a empresa,
cada vez que voltava,
trazia uma nova má notícia.
Inventava uma dificuldade.
Falavam que era muito caro.
Que não encontravam
uma área como ele queria.

O pescador, então,
negociava com o *Grande Irmão*
ciente de que aquilo que entendia
como seu direito
não cabia na negociação.

Ele resistia.
Era um dos poucos
que ainda permaneciam
com sua casa na ilha.
Tinha consciência de que estava sendo testado.
Encurralado.
E que o documento
em que aceitaria desistir de sua vida no rio
estava pronto
aguardando sua assinatura.

Da história contada
nos anais da concessionária,
consta a oferta
de um reassentamento coletivo,
para aqueles que não tinham dupla moradia.
Ao mesmo tempo,
em que consta
que os ribeirinhos
faziam a escolha por indenizações
irrisórias.

Estava agora claro
que isso era apenas
uma aparente contradição...

E a inspeção foi até esse travessão do 27.
Cujos 30 lotes foram ofertados
para mais de 1500 famílias.
Ali não existia nada.
Apenas uma ficção
utilizada para conferir aparência de escolha
ao caminho único
imposto aos ribeirinhos.

Que sem alternativa
estavam sendo recolhidos do Xingu.
E lançados
à margem de um mundo
onde não tinham lugar.

Agora eram forçados
a se virar como dava.
Morar de favor.
Fazer diárias.
E muitos voltavam
para suas antigas ilhas,
onde estavam acampados,
com famílias,
velhos
e crianças.

As equipes de inspeção registraram
por todo Xingu
barracos de lona,
armados sobre os escombros
das casas demolidas.

Numa resistência silenciosa,
os ribeirinhos permaneciam
sobre o que era seu
Tentando ser o que eram.

Foi assim que Dona Rita explicou
porque a família de cerca de 30 indígenas Xipaya
voltava para a ilha do Cotovelo do Bacabau,
onde viveu durante 36 anos.⁵²

Mostrou os vestígios da vida que existiu ali.
O forno em que cozinhava com carvão
do mesmo babaçu
de que extraia o óleo,
o grão,
a palha,
o leite,
o bagaço,
e o talo.

Era uma ilha lindíssima.
De serra.
Com árvores frutíferas
e coqueiros.

Muitas flores
permaneciam
nos arredores
da casa já demolida.

O chão varrido,
a marca das roças,
e os cercados dos patos
também ainda estavam lá.

Os caminhos,
as roupas no varal,
as barracas novas de lona,
canoas e
apetrechos de pesca.
Os bancos e redes.
As crianças brincando.
Os afazeres cotidianos em curso,
ao lado dos vestígios
da vida que um dia existiu ali.⁵³

A remoção compulsória de Belo Monte
punha em curso
um deslocamento circular de ribeirinhos.
Que voltavam para seus antigos lugares,
em condições precárias,
na tentativa de acessar
os meios de produção
e de reprodução de suas vidas.⁵⁴

A premissa desse processo estava invertida!

Deveria ser:
*eu só posso interferir na sua vida,
se garantir condições
no mínimo semelhantes,
para que ela se mantenha.*

Mas a *lei* de Belo Monte
operava numa outra lógica.
Porque pressupunha a inexorabilidade.
E a vida ribeirinha,
emergia como um obstáculo.

Sr. Dedé,
morador de uma ilha
na região do Triunfo
descreveu a dor que sentia
por ser tratado como um objeto.
Uma coisa que se tira de um lugar
e se joga aonde quer.

Explicou como os pescadores
tinham suas regiões de pesca.
E que ali era o seu lugar.
O rio era sua fazenda.
E que sabia
estar no lugar certo
na hora certa,
para que,
diariamente,
os frutos que o Xingu oferecia
sustentassem sua vida.

Então, os pescadores
foram os primeiros
a perceber as transformações
do rio.

Em junho de 2012,
logo no início,
quando os primeiros sinais
da intervenção no Xingu
arrebatarem na pesca,
houve um levante pescador.

Alguns acamparam nas ilhas.
Próximas à região do *sítio pimental*.
Onde hoje as águas do rio
batem no muro e
desviam pelos canais de cimento.

Os barcos avançaram,
mas foram contidos,
por uma força desigual...

Então tiveram que ficar parados.
Espalhados...
Entre as ilhas e a obra.

Dia
e noite.
Durante semanas.
Sob o sol e a chuva.

Parecia que não importava
que permanecessem ali.
Como se não fossem vistos.
Não impusessem perigo.

Porque os canteiros das obras
já estavam sob proteção
da Força Nacional de Segurança.

A invisibilidade do pescador
no processo de instalação dessa usina
é algo único e indescritível.

Eles perdiam os recursos
que sustentavam sua vida
e suas famílias.
E não eram reparados.
Não foram reparados.

E na verdade
hoje compreendo
que essa reparação
sequer é possível.

Mas o *Grande Irmão* insistia que
sua intervenção
não trazia nenhuma alteração na pesca.

Uma das páginas mais interessantes
e instigantes dessa história
é a capacidade dos estudos
realizados por aqueles que servem à concessionária
chegarem sempre a conclusões
que desafiam o óbvio
e os fatos.

Estes agora atestavam
estar tudo certo
finalizado
e pronto
para que o Xingu
se transformasse num grande lado.

E o pescador mantinha sua resistência silenciosa.
Continuava
na sua ilha.
Acampado.
Sob sol e chuva.

E quando a Inspeção ilumina
essa face da história,
a violência vem à luz.

Sem nenhum filtro.

E para aqueles que foram perpassados
por essa realidade,
não era mais uma questão
de deixar compromissos.

O DIREITO A TER DIREITOS

Ao final da Inspeção Interinstitucional
estava evidente:
a evacuação das ilhas
teria que ser suspensa.

Então, quando imaginava
que obteria a autorização para barrar o rio,
a máquina do inexorável parou de rodar.

Não foram os indígenas
que sustentaram
a resistência
à licença de operação
da UHE Belo Monte.

Mas aqueles que travaram
uma resistência silenciosa.
Acampados nas ilhas evacuadas.
Negando-se a deixar de ser o que eram.
Pescadores.
Ribeirinhos.
Filhos do Xingu.

E agora estava dito:
era preciso encontrar um modo
de garantir a continuidade
da vida tradicional no beiradão.

Porém, visto por outro lado...
Era necessário desatar um nó,
que operava
como obstáculo
ao enchimento
do reservatório da usina.

Enquanto o problema da questão ribeirinha
não fosse resolvido,
o rio não poderia ser desviado.

Então o Governo Federal
volta pra Altamira.

Assim...
como quem chega pela primeira vez.
Como se nenhuma relação
guardasse com tudo aquilo...

Prometem coordenar
um *diálogo com os ribeirinhos*.
Para buscar com eles
a melhor forma
de devolvê-los ao rio,
em condições de reconstituírem
suas vidas indevidamente interferidas.

A rádio notícia a reunião.
O auditório lota.

Eram todos tratados com
uma reverência inédita...

Recordo que entregaram aos pescadores
um envelope,
com um mapa do rio Xingu
e páginas em que descreviam
o compromisso do Governo
de cuidar daquela população
tradicional,
com respeito à normas
que lhes conferem autonomia
para decidir o seu futuro.

A entrega desse envelope
seguida de um aperto de mão
tinha um forte simbolismo.
Era a tentativa de expressar
a prioridade daquela questão.

E o compromisso bastou
para que as remoções retomassem
e se autorizasse o barramento do Xingu.
Então, a Licença de Operação é emitida.

E como tudo em Belo Monte
que tinha que ser feito
e não foi,
a promessa
vira condicionante

da nova licença.

Na verdade,
aquele envelope,
que foi entregue
de mão em mão
ao pescador,
serviu para que ele voltasse para casa.
Em silêncio.

Não demorou...
E o governo descumpra o que prometeu.
E as reuniões são feitas em Brasília
a portas fechadas.
E o *Grande Irmão* é autorizado
a resolver do seu modo a questão ribeirinha.

Começa a reiterar as antigas práticas.
Volta aos seus cadastros,
tomados como a *lei da terra*.
E chama aqueles que reconhece
como ribeirinhos
para escolher áreas.
Sem diálogo.
Na base do aceita!
Ou outro virá no seu lugar...

E começa a devolver para o rio
quem ele quer.
Aonde ele quer.

Coloca um na área
que pertencia ao outro.
Utilizando das mesmas informações
que lhe serviram para praticar
a violência da expulsão.
Os mesmos cadastros
que sustentaram
uma das maiores violações de direitos humanos
do processo de instalação da usina.

E da mesma forma que tinha feito na cidade,
agora divide o rio.
Pega o topo da antiga ilha
que pertencia a uma família
e loteia.
E começa a criar um sistema

em que não apenas a vida tradicional
seria impossível,
mas a manutenção dos ecossistemas
estaria em risco.

Mais uma vez é necessário parar.
E chamar o Estado à responsabilidade,
para arrumar o estrago
que a concessionária continuava fazendo
na vida ribeirinha.
E agora, também nas APPs⁵⁵ do reservatório de Belo Monte.

Então o governo anuncia
que enfim vai
realizar a prometida semana
de *diálogos ribeirinhos*.
As fatídicas reuniões de abril de 2016.
Uma das memórias mais trágicas
que guardo de todo o processo
de instalação desse empreendimento.

O auditório do centro de convenções
havia sido adaptado,
com uma mesa quadrada ao centro,
para que se formasse um diálogo horizontal.

Os pescadores decoraram o espaço,
para o momento prometido
tão esperado,
em que se construiria
a saída para a questão ribeirinha.

Então a empresa informa
que tinha realizado *estudos de caso*.
E elaborado a lista
de quem seria tratado nesse processo.
E como seria o tratamento.

Seu representante
faria a leitura dos nomes,
anunciando a sorte de cada um...
Se o retorno ao rio,
com direito a um lote...
Se o direito de compartilhar
com outros pescadores
uma ilha adaptada
com sombreiro e banquinhos.

Ou nada...

A proposta era quase cômica.
Não fosse reflexo da tragédia
que perpetuava.

Apenas quem ignora
por completo a divisão territorial do rio Xingu
poderia ter a ousadia de propor
aos pescadores
esse compartilhamento de ilhas,
a estilo pesque-pague.

Esses pontos de pesca
eram uma estratégia
evidente de baratear os custos,
negando o retorno ao rio
para aqueles que a concessionária
entendia
que não eram tão ribeirinhos assim.
Segundo a sua concepção de moradia.

Mesmo depois de tanta discussão,
a empresa continuava a não conhecer
e insistia em não reconhecer
a vida tradicional no beiradão.

E era como se a concessionária,
soberana,
retornasse ainda mais segura
para negar o que já tinha negado.
Usando os mesmos cadastros
por meio dos quais
tinha esfacelado
a vida no rio Xingu.

Eu gostaria de poder apagar da memória
o momento em que a empresa
promoveu a leitura dessa lista.

Os ribeirinhos estavam ali.
Alguns tinham em mãos o envelope
que receberam sete meses antes.
Então, aquele que falava pelo *Grande Irmão*
começa a pronunciar os nomes.
Como um professor que faz a chamada.
Anunciando a nota do exame final.

Com a avaliação
e o atestado para o aluno
prosseguir
ou não...
Para, no caso, dar o veredito,
que atestava quem era parte desse beiradão.

Recordo dos pescadores
abaixando
e balançando a cabeça
ao ouvir a sua exclusão.
Era como se aquele envelope
que trazia tanta esperança
não fosse a ele destinado.

Recordo também,
e tenho certeza de que muitos recordam
do Sr. Raimundão.
Um homem negro.
Alto.
Forte.
De barba branca.

Que, ao ouvir a notícia
de que não havia sido impactado.
Levantou-se.
E indignado,
interrompeu a chamada.

Falou forte,
mas sem gritar.
Como um professor
que sabe do que está falando.
Que conhece desse rio
como a si mesmo.
Que não aceita
que alguém venha de fora
ofender e apagar
a sua história.

E naquele momento,
o auditório falou com ele.
Sobre ele...
Era um dos ribeirinhos
mais respeitados.
Daqueles nascidos
e criados no beiradão.

Um veterano do rio Xingu.
Que todos reconheciam.
Menos Belo Monte.

A empresa então voltou atrás...
E se propôs a fazer novo *estudo de caso*
sobre a vida do Sr. Raimundão.

Naquele momento,
deveriam ter interrompido a leitura daquela lista.
E chamado os ribeirinhos
para apoiar os seus *estudos de caso*.

Mas não era assim
que o *Grande Irmão* operava.
Seguiu dando seu veredito.
De nome em nome.

Até que anuncia como pescador do rio Xingu
o então secretário de saúde do Município.
Parece que era um médico
que antes da barragem
deveria ter algo
como um sítio de beira de rio.
E provavelmente
constava de seu cadastro
a pescaria
como um hobby ou um lazer.

Recordo dos funcionários da empresa
se entreolhando.
E do representante do IBAMA
saindo da mesa,
levando a mão à cabeça.

Estava demonstrada
a absoluta incompetência da concessionária
para resolver o que ela mesmo fez.

Era necessário sair daquela sala.
Romper esse processo
mais uma vez...

E aquelas centenas de famílias
com a vida suspensa
continuavam sem resposta...
E os representantes do Governo

eram como atores de um circo.
De um teatro.
Que não merecia ter audiência.

Apesar de todas as encenações.
E promessas.
Apesar de todas as denúncias.
E recomendações.
A invisibilidade do ribeirinho
permanecia...

Era preciso entender
profundamente
o que era a vida tradicional
no beiradão.
Para que ela fosse tomada
como pressuposto.
Respeitada.
E então reconstruída.

A concessionária
foi proibida de seguir,
assentando nas margens do Xingu
pessoas que não guardavam relação
com aquela comunidade tradicional.

Então, é feita uma convocação.
Da SBPC⁵⁶.
Para que professores,
das melhores universidades do país,
fossem mobilizados
a dar uma resposta
para a questão ribeirinha.⁵⁷

Eles foram até Altamira.
E os ribeirinhos
participaram ativamente
dos trabalhos.
Mostraram o rio.
O seu mundo.
E as transformações
que o barramento trazia.

Um raro momento
em que um estudo
era realizado
sem ter sido encomendado pela empresa.

Os resultados seriam apresentados
em Audiência Pública.
No dia 11 de novembro de 2016.

Aqueles pescadores
cuja diáspora havia sido identificada,
agora empunhavam os microfones
e tinham uma só fala.

Queriam o seu rio de volta!
Queriam continuar
com a sua vida barrada por Belo Monte.

Resistiram àquela violência
reafirmando a sua identidade.
Que então vinha à tona.

Tenho esse dia como
um divisor de águas.
Ao menos de minha compreensão
quanto à *Lei* violada nesse processo.

A mesa foi anunciada.
Todas as instituições ali.
Primeiro eles falaram.
Um a um
os ribeirinhos.

A mesa foi recomposta
e os pesquisadores tiveram assento
para expor o resultado de seus estudos
e fazer as suas recomendações.

Ao final,
as autoridades voltaram para mesa.
Anunciam não ter poder de decisão
para aquele momento.

O auditório reagia fortemente.
Porque era grande
a decepção de ir embora
sem nenhum compromisso,
daquele estado-empresa,
e da empresa-estado,
que assistiam em silêncio.

Eu compreendia
a decepção dos ribeirinhos.
Permitia-se que falassem...
Era o seu momento.

Mas tinha motivos de sobra
para não acreditar em novos acordos...

E naquele dia foi dito
o que de mais importante
se poderia ouvir.

Pois ao final da fala dos pesquisadores
a professora Manuela Carneiro da Cunha⁵⁸
coordenadora dos estudos
leu a recomendação da SBPC.

Eles não traziam resposta.
Mas indicaram o caminho.
O único caminho para reconstituir
a vida ribeirinha no beiradão.

Um *Conselho de Pares!* afirmou a professora.
Criado pelos ribeirinhos.
Destinado a fazer o que apenas
eles poderiam fazer.
Identificar seus iguais.
Apontar o lugar de cada um
naquele território
chamado Xingu.
E dizer como viviam
e como deveriam viver.⁵⁹
Sabido que o rio
não era mais o mesmo...

Dias depois, uma reunião
na Colônia de Pesca
marca a criação do *Conselho Ribeirinho*.
E abre um capítulo
inédito
na história de Belo Monte.

Porque o ciclo da negação de direitos
tinha como motriz
a instalação de um *balcão*.
Cuja marca essencial
é a submissão ao *Grande Irmão*.

À decisão da concessionária.
Tomada fora dali.
Segundo a conveniência de seus acionistas
e investidores.

Primeiro, os direitos mostram-se
inacessíveis.
E nos balcões seus substitutivos
transformam-se
numa avaliação de custos.

A usurpação
do poder decisório do Conselho Indígena⁶⁰
é o melhor exemplo disso.
O *Grande Irmão* apenas foi capaz
de deturpar o robusto plano de mitigação
escrito para os povos indígenas
sob a forma de um Programa Médio Xingu,
ao usurpar
e tomar para si a decisão
do que fazer
e quando fazer.

Há inúmeros exemplos,
em que a autonomia dos povos do Xingu
foi reduzida a instâncias de legitimação
de decisões prévias,
onde a presença dos atingidos
era meramente figurativa.

Por isso, a experiência do *Conselho Ribeirinho*
é única.
Foi a primeira vez
na história do processo de Belo Monte
que foi dado a eles,
aos atingidos,
o direito de falar.

E por isso revelou
como nenhum outro processo
a *Lei* violada nesse
(mal)encontro de Belo Monte
com os povos do Xingu.

Criou-se uma aliança
em torno dos ribeirinhos
para garantir

que a cada novo encontro
não fossem silenciados
e a empresa impusesse
sua decisão prévia.
Mas as instituições eram
apenas coadjuvantes.

No processo de reconhecimento social
conduzido pelo *Conselho Ribeirinho*
os ribeirinhos passam a
acessar o rio Xingu por memórias.
Resgatar sua história
para dizer quem era parte do beiradão.

Fizeram isso juntos.
Em cada comunidade
iam lembrando como viviam.
Quais as famílias que moravam vizinhas.
Quem visitava a casa de quem.
Aonde eram as festas.
Quem ia.
Quem casou com o filho de quem...
Lembraram dos veteranos,
que foram embora
por algum motivo.

Mostraram que ser ribeirinho
é fazer parte de uma história coletiva.
Na beira do Xingu.
Uma história que foi rompida
por Belo Monte.

E o papel do Conselho era descobrir,
rememorar quem era parte dessa história.
De pessoas unidas pelo rio.
Esse caminho,
que conectava as vidas
daquelas casinhas de beira.

E ao rememorar sua história,
o ribeirinho naturalmente
foi dando cor e luz ao Xingu.
Que mesmo tornado um grande lago,
com as árvores morrendo,
vivia dentro de cada um deles.

Mostraram porque onde há morada ribeirinha

a floresta mantém-se preservada.
Revelaram a especial relação
que guardam com seu lugar.

E como circulam pelo Xingu,
acessando os caminhos
que Kopenawa descreve.
Porque eles olham o mesmo rio,
mas veem algo que não somos capazes de ver.

Seu Aranô contava de um poema
que dizia:
Esse rio é nosso pai.
É nossa mãe verdadeira.

Ele não fala de um instrumento
do seu desejo,
ou um meio
para suprir suas necessidades.

Seu Aranô é filho do Xingu.
Sabe que sua vida depende do rio.
Sua relação é direta.
Umbilical.
Uma identidade
que faz de ambos uma coisa só.

E isso o *Grande Irmão*
nunca vai entender.
Porque para ele o Xingu
é combustível de seu projeto fáustico.
E seu sucesso
depende de uma expropriação.

Então, quando o ribeirinho
dá luz ao Xingu
que vive dentro dele,
deixa evidente que Belo Monte
carrega uma violência inaugural
contra aqueles que tem o rio como parte de si
e que não foram consultados.
Pois a decisão foi tomada previamente.
Fora dali.

O resto, é balcão...

As condicionantes de Belo Monte,

são fruto da negociação
do que é inegociável.
É acordo sobre
o que fazer então,
se a violência é um passo necessário
para o inexorável.

No início eu acreditava
que era o Estado de Direito
que estava em questão.

Me esforçava
para que os acordos
dessas negociações
fossem cumpridos.

Mas agora eu já entendia
que Belo Monte destrói
um mundo que coexiste no Xingu
e suprime os recursos
para que a vida se reproduza.

O Direito a ter Direitos é violado
quando se destrói esse solo firme,
que garante a cada um
ser parte
da construção de uma trama de histórias
que se entrelaçam,
num mundo em que vários mundos coexistem.

E o conselho Ribeirinho,
na luta por reconstruir a vida no Xingu,
tomando como referência
a sua memória e seu saber,
marca uma força de resistência
inédita nessa história.
Que paradoxalmente
emerge daqueles que foram mais brutalmente atingidos,
porque expulsos do seu lugar.

O DOMINIO DE BELO MONTE SOBRE O TERRITÓRIO CHAMADO XINGU

*Golpes sob o sol ressoavam,
mas em vão.
Em noite fria,
mil luzinhas enxameavam.
Diques vias no outro dia.*

*Carne humana ao luar sangrava,
De ais ecoava a dor mortal,
Fluía ao mar um mar de lava,
de manhã era um canal.⁶¹*

Na versão goethiana
da ‘História Trágica do Dr. Fausto’,
esses versos denunciam
o ambicioso projeto fáustico!

Uma utopia permeada
pela crença do anti-herói
na luz que carrega dentro de si.
Que ilumina com brilho seu caminho.
Paradoxalmente impulsionada por um pacto.

Um pacto com o demônio.
Incumbido de concretizar
o sonho de redenção da humanidade.
Em glória que viria do desencanto do mundo.
E da destruição de tudo o que remete ao passado.
Pré-história do homem.

Fausto visualiza um gigantesco canteiro de obras.
Condicionando as forças da natureza *para o sentido certo*.
Canaliza e enlaça a energia do mar.
Até então desperdiçada no seu vai e vem interminável.

À terra sem homens,
Fausto levará todos os *homens sem terra*,
que aderirem à liberdade
que seu projeto enuncia.

No fim das contas,
o que Fausto pretende

é devolver a terra para si própria:
acelerar o *inevitável*.
É estabelecer fronteiras para as ondas.
E *colocar um anel ao redor do oceano*.
Algo que apenas um certo *homem* ousaria sonhar fazer.⁶²

Moderno!
Vai fundo o projeto fáustico...
Pretende recriar a sociedade
à sua imagem.
Libertá-la.
Vai longe...
Literalmente até onde os olhos conseguem ver.
Ao sem fim da terra!

Abre estradas.
Constrói portos e canais.
Novas cidades emergem ali...
Onde o sol ainda não havia chegado.
Destrói os muros.
Cria luz.
Gera energia...

Desde o pacto,
Mefisto fizera da vida de Fausto
um movimento incessante.
Na busca do momento pleno
em que este se realizaria
e teria enfim que entregar sua alma.
Como prometido.

Mas, quando Fausto anuncia
que pretende mover o próprio mundo,
Até o demônio se põe perplexo.
Atordoadado.
Sem palavras.
Esmorece
enquanto Fausto renasce...

Agora, não é o diabo ou o pacto que o impulsionam.
Mas a necessidade de romper a angústia
que desafia o seu espírito.
Desespero de ter força,
e não agir para subjugar
tudo o que deveria estar a seu serviço.

No fim das contas,

Fausto se deslumbra
diante da profecia de se tornar
Senhor e Possuidor da Natureza.

Uma profecia que se fez verbo
pela descoberta do *método*.⁶³
Pronto a iluminar o caminho único.
Alicerce da modernidade,
que brota da travessia empreendida por Descartes.
Transposto da dúvida absoluta
à única certeza possível.
Descrita no discurso
em que o filósofo renasce,
ao compreender sua própria existência de ser pensante.
Ser que independe de tudo o mais,
que faz do mundo uma imagem projetada
única e exclusivamente
pelo seu próprio pensamento.
E que funda toda a verdade
na *certeza* dessa *representação*.⁶⁴

Profecia!
Mas sem encanto!
Que anuncia um miserável mundo novo.
Destinado a sobreviver
aos efeitos da brutal separação
entre o *Ser* e o *Ente*.

E a conviver com o risco de os entes,
agora esvaziados de tudo o que é sagrado,
estarem sob controle
e à disposição de um sujeito
que se lança a povoar o mundo,
como um solo pouco explorado.
A ser destruído e recriado...
E que concebe a natureza
tão somente
como fonte de recursos
para o seu desenvolvimento.

Encoraja Fausto
o vislumbre dos meios
que tornariam realidade seus fins.
A técnica e planos operacionais
para transformar a terra e o oceano.

O pacto com Mefisto:

era a garantia do capital necessário
e do trabalho sujo.

O pacto com o Estado:
a segurança de que seriam contornados
os entraves burocráticos
e as barreiras para o controle de grandes porções de terra.

É um projeto territorial!
De expansão de um interminável canteiro de obras,
sustentado na *certeza* de uma *representação*
que exclui outras representações possíveis.
Da natureza.
Da terra.
Da água.
Do rio.
E anuncia o caminho único.

O resto.
Tudo o que ficou para trás na passagem cartesiana
é posto em dúvida,
feito mito ou credence.
Desqualificado.
Apagado da história
e da memória.
Como os reinos do passado
ou que *remetem* ao passado.

Definitivamente,
o *velho* está fadado
a ser história de papel.
O projeto moderno
é de universalidade.
É o prenúncio da chegada do novo mundo
aos sertões da terra.
E a *certeza da representação*
é o argumento
que desqualifica tudo que não cabe neste tempo.
Não vale para este tempo,
Onde todo *ente* é moeda a ser trocada.
Combustível.
Instrumento.
Elemento apropriável.

Na obra de Goethe,
o *velho* emerge como um obstáculo
à conquista final de Fausto.

Nega-lhe o prazer
de contemplar a sua glória.
O direito ao ritual narcísico
por meio do qual consagraria seu próprio mérito.
E ali, nessa porção de terra
onde projetara um mirante
com vistas ao infinito,
nessa pequena parte que não coube no seu latifúndio,
um *par de velhos... teimosos!*⁶⁵
não aceita dar preço ao seu lugar.

A imagem da pequena cabana,
sozinha no meio da vastidão do domínio de Fausto,
é facilmente transposta
para muitos canteiros de obras,
tão reais quanto atuais.

Ilhas de sombra
diante de ambiciosos projetos redentores.
Onde o *velho* e o *novo* se encontram.
Em que figuras como o campesino,
o pescador,
o índio,
o ribeirinho,
a quilombola,
a quebradeira
insistem em existir... do seu modo.

Pessoas *obsoletas!*
Diria um certo Fausto.
Que escolheram manter-se
fechadas ao novo mundo.
Que não aceitam
deixar seu *miserável* lugar.
Que não admitem o que são
e o que estão *destinadas* a ser,
desaparecendo.
Que, enfim, se colocam frente ao inexorável
processo de desenvolvimento.

Como os velhos teimosos,
Filemon e Baucis,
que ousaram desafiar Fausto,
ao enunciarem seu *Direito a ter Direitos*.
Pretendendo ganhar proteção
neste mundo,
sem deixar de ser o que são.
Vivendo e morrendo

do seu modo.
Cultuando, mais que aos entes quantificáveis,
suas próprias representações da natureza.

Tal qual o encontro de Fausto
com o *par de velhos* (e tantos outros).

O (mal)encontro de Belo Monte
com os Povos do Xingu
é o encontro entre duas representações distintas
de um mesmo ambiente natural.

Uma, herdeira do *método*
e da separação entre *Ser* e *Ente*,
tem a natureza como meio
para os fins de assenhoreamento.

A outra, tem a natureza como um lugar de vida.
O rio como essência.
O *Ente* como *Ser*.
Ancestral.
Encantado...

Demorei a entender os Juruna – Yudjá.
Povo das águas.
Canoeiro.
Quando dizem que o rio corre em suas veias.
É seu Sangue
e sua Alma.
E afirmam que o Xingu não existe sem os Juruna.
Nem os Juruna sem o Xingu.

Descobri que perguntar ao ribeirinho
porque ele preserva o seu lugar
é como indagar às mães
porque elas protegem seus filhos.

Quando insistem que o rio Xingu não está à venda,
estão dizendo que ele é da ordem do que não se negocia.
Não é meio para se obter algo.
É vida.
Uma só vida.
Que liga umbilicalmente a terra ao índio.
A ilha ao pescador.
E o rio a ambos.

Se assim é...

Então, definitivamente,
o rio de Belo Monte não é o rio Xingu!

Belo Monte toma as águas do Xingu
como combustível.
Puro recurso energético.
Um ente que pode ser destruído
e recriado
em canais de cimento.
Na crença de que será dado a uma *Empresa* mantê-lo vivo
por um hidrograma ecológico artificial.

Que não tem a vida como imperativo.
Mas que foi concebido
para a conquista de dividendos
suficientes a garantir...
Retorno financeiro
a um projeto sem viabilidade afirmada.
Gestado nos corredores
das trocas de favores
dos Palácios Federais.

O rio de Belo Monte
é um *Ente* qualquer.
Substituível.

O Xingu não!

Do outro lado do paredão.
O povo das águas – Yudjá –
chama de fim de mundo
o ano em que o Xingu foi partilhado.
Em que seu sangue foi sugado
para abastecer as turbinas de Fausto.

Debaixo de suas águas:
o carvão das ilhas incendiadas.
O babaçu,
o murici,
o galinheiro,
o chão batido da casa.
E todo resto deste sertão de mundo
que pela narrativa fáustica
estaria *destinado* a submergir.

O índio pode *gritar de horror*.
O ribeirinho pode *esbravejar*.

O pescador pode *ecoar a dor mortal*.
O xamã alerta, em vão,
que o céu vai cair sobre todos.
Seu eco é silenciado.
E o Xingu... sacrificado.

Mas insistem...
Reexistem.
Mantendo viva sua representação
da água,
do céu
e da terra.

Numa perspectiva que se vale de tudo o mais,
para além do pensar.
E que guarda o saber no tempo.
Transmitido por uma ancestralidade.
Que une o presente ao passado.
E o passado ao futuro.

Sua insistência em existir desafia,
a este e a tantos projetos fáusticos,
Simplesmente por fugir à regra proclamada pelo método.
E cogitar outro caminho.
E enunciar outro destino para o rio.
E para espaços de vida
que ainda tem algum valor.

Afronta.
Confronta a certeza de uma representação do mundo,
que depende da ficção de que a natureza ofertará
infinidamente
suas dádivas ao gozo daqueles que se intitularam *Senhores*.

Volto à imagem da pequena cabana...
Mas agora, como um feixe de vida
na penumbra da terra queimada.

Ilhas sobreviventes num mar de lama
da barragem de água tóxica,
herança de outro Fausto,
que também se anuncia belo...

O novo e o velho então se confundem.
E aquele grito de que o Xingu não está à venda
ecoa como semente
à espera de ser semeada.

Ecoa como afirmação espontânea
de que a vida tem que ser protegida.
Não a sua, a minha ou a de alguns.
Mas toda a vida.
Daqueles que já morreram
e daqueles que ainda não nasceram.

Ecoa como a pergunta pelo sentido.
Como indagação sobre a proporcionalidade do sacrifício.

O ódio de Fausto ao *par de velhos*
serve para dimensionar
o desafio que a resistência dos povos do Xingu
impõe a Belo Monte.

Está entendido porque a sua voz
faz estremecer as toneladas de concreto
que sustentam as casas da usina.

Está entendido também porque foi necessário silenciá-los
para a obra seguir.
Desorganizá-los.
Enfraquecê-los quase à dependência completa
dos donos do projeto.

Por isso, é tão importante
a um certo Fausto fazê-los acreditar
que todos querem a mesma coisa.
Que só há um uso possível
a ser dado às suas terras.
Que fazê-las produzir até a última gota de vida
é o único caminho possível.
Que arrendá-las
é jogada de mestre.
Que ficar olhando o *vai e vem* do vento nas florestas
é algo que não cabe neste tempo.

Há que se silenciar o eco...
É preciso forjar consensos.
Ou... o projeto seria inevitavelmente
lançado à luz do debate público.

Na versão goethiana,
o consenso é imposto pela aniquilação do *par de velhos*.
Saída diabólica!
Que Mefisto justifica

lembrando a Fausto
que seu projeto é *colonizador*.⁶⁶
Violência
que Goethe resume na fumaça
que amanheceu no lugar da velha cabana.

Porque é óbvio:
de tudo que Fausto cogita,
não vislumbra levar seu projeto à discussão
com o *par de velhos*.
Ouvi-los??
Se a decisão já foi previamente tomada?
Resta saber *como fazer!*

No Xingu,
quanto mais descobrimos sobre Belo Monte,
menos encontramos de abertura
para o debate sobre os porquês do projeto.
Sobre a prova da viabilidade
do sacrifício pretendido.
Sobre as necessidades
de se otimizar o que já se tem.
As alternativas
do uso da técnica
para proteger a vida

A decisão previa
é tornada consenso.
E quando imposta
a troca impossível.
Toda diplomacia é inócua.
E serve para mais violência.
Assim como cada decisão proferida
com base na decisão prévia.

Em Belo Monte,
a segurança de Fausto é a certeza de que,
faça-se o que fizer,
seu projeto estará garantido.
De que sob seu domínio instaura-se
um *mundo em que tudo é possível*.

O pacto com o Estado
é a garantia de que cada limite seria transposto,
sem necessidade de honrar a lei
e os compromissos assumidos.
É a garantia do uso do slogan

da *vontade geral*
para suspensão da ordem jurídica.
Permitindo prosseguir a violência
sob o olhar da Justiça.

O pacto com o capital e a grande mídia:
garante que a pergunta seja desfeita
tão logo levantada.
Resposta pronta.
Prévia.
Consenso forjado.
Debate silenciado.

Nos raros momentos
em que a intervenção no Xingu
chega às telas dos centros urbanos.
O preâmbulo da notícia
traz a imagem do *apagão*.
E o que se noticia
é a absoluta necessidade do projeto.

Ou: a vida confortável
posta em risco.
O retorno à lamparina,
ao ferro a carvão...

O debate conduzido
pelo *medo do escuro*
é infantilizado,
banalizado,
em torno de uma pseudodisputa.

Forjada por quem reduz o mundo a coisas
calculáveis.
E pretende reduzir a números
a batalha que se trava no Xingu.
Propondo.
Impondo.
A ideia de justificar tal intervenção
na crença do *sacrifício de poucos*
para o benefício de muitos.

Assim conduzido...
O debate não descobre
para quem é Belo Monte.
Não reflete sobre o alerta
de que secar o Xingu

é um risco não permitido.
E que a morte de um grande rio
pode ser a sede de outros tantos rios
que dele dependem.
Num ciclo da natureza.
Que está além do controle
de Fausto e de Mefisto.

É do futuro que se trata.
Mas o *medo* apenas sugere
o temido retorno ao passado.

O debate assim
desfoca o diálogo de perspectivas
que se trava no Xingu.
A batalha epistêmica,
que faz da disputa pela água
uma disputa pelo significado da água.

Um impasse
que na versão goethiana
teve a solução conferida a Mefisto.

Em Belo Monte,
a decisão sobre o uso que será autorizado
ao território chamado Xingu
é tomada pelo próprio governo.

Num processo administrativo
tornado arena.
Onde se decide sobre a prevalência de uma narrativa.
Sobre o *poder* de um *saber*.

Mas nesse mundo
em que o direito perdeu a capacidade de pôr limite.
O devido processo de licenciamento
é flexibilizado.
Para dar legitimidade à decisão prévia.
Renomeá-la.
E gravá-la com o signo de
sustentável.

Assim, a disputa entre as narrativas é decidida,
pela certeza de uma representação,
a favor de si própria...

Da imagem de Raimunda Ribeirinha

guardo o olhar desafiador.
Com a bandeira de seu país presa à testa
no solo incendiado de sua ilha.
Ela canta...
Expressa as *dores que sente*.
Lamenta a *espinheira danada*.
A tristeza, de quem é vítima.
Reafirma a narrativa silenciada.
E indaga:
Que diabo é esse?
Que se coloca no lugar de Deus!

Não há dúvida de que Fausto
se sentiria em casa nos nossos dias.
E que a reconstrução
de um dos principais rios da Amazônia
por canais artificiais
poderia perfeitamente figurar entre os sonhos de Goethe.

Mas, ambos – Fausto e Goethe –
esmoreceriam diante do que se instaura no Xingu.
Porque o caso é daqueles
em que o discípulo supera o mestre.
A empreitada de Belo Monte
neste imenso território
está além do universo imaginativo
das utopias de séculos atrás.

Porque o Xingu não foi apenas dividido.
O fluxo de um rio sazonal
é posto sob o domínio
de uma *Empresa* soberana.
Que passa a ter o controle da água.
A prerrogativa de imitar a chuva.
O poder de sozinha fazer verão!
E dirigir toda a forma de vida
que depende do ciclo da natureza.

A Tragédia de Belo Monte
atualiza o projeto fáustico!

O amplia para além
do que os olhos conseguem ver.
Materializa as utopias negativas do século XX
que anunciam uma outra escala de destruição.

Definitivamente.

Sob o silêncio de um consenso forjado.
Conduzido por um emaranhado de pactos.
O domínio que se impõe sobre o Xingu
é um poder sobre o pulso da vida.

Um biopoder.
*De fazer viver e deixar morrer.*⁶⁷

A QUEDA DO CÉU

Se alguém anuncia
uma grande empreitada
nos sertões amazônicos.
Com investimento bilionário
de recursos públicos.
Diz que vai desviar
um dos maiores rios do mundo
por um canal de cimento.

E promover a partilha de suas águas.
Na medida exata,
para que o rio continue a viver
e a gerar vida.
E, ao mesmo tempo,
sua empresa
tenha retorno financeiro
que justifique a conta
e o investimento.

Se alguém diz que ao desviar a água desse rio
vai criar um *Trecho de Vazão Reduzida*.
Uma seca histórica
ali onde o seu curso desenha
uma grande volta rumo ao oceano.
Mas que está tudo certo.
Porque vai controlar o fluxo da natureza
para reproduzir condições artificiais
idênticas
às épocas de cheias.

Se alguém diz tudo isso...
É de se pressupor
que estudou
e é seguro no assunto.

Que não há dúvida
que o tal rio serve para o caso.
Que ele tem água suficiente
para manter essa equação em equilíbrio.

Pode até parecer primário,
mas a questão primordial de Belo Monte é:

quanto de água o Xingu precisa
para continuar a viver?
O quanto é possível extrair dele?
Até onde ele pode ser sacrificado?

É essa a afirmação primeira
que deveria demonstrar
quanto Belo Monte pode gerar de energia.

Demorei a acreditar
no que de mais impressionante
existe nessa história toda:
Belo Monte não sabe
quanto de seu potencial instalado
pode ser posto em movimento
com a força do Xingu.

Hoje ninguém é capaz de dizer
quanto de água a lei autoriza
que se retire do Xingu
para abastecer as turbinas da hidrelétrica!

Não é trivial dizer
que Belo Monte não tenha atestado de viabilidade
quanto à sua intervenção mais impactante.

A inexorabilidade do projeto,
já desnudada
entre práticas ilícitas
e trocas de favores,
impôs um princípio da precaução às avessas.
Que na experiência
desse *mundo em que tudo é possível*
indica que: na dúvida,
a obra segue
e os estudos ficam para depois.

É como se resignificassem a *lei da terra*.
Que então passa a dizer
que a vida não precisa ser protegida.
Que na falta de certeza,
é sobre ela que deve recair o sacrifício.

Muitas vezes me pergunto:
pensando na lógica
de um investimento,
como alguém faria um gasto

de 40 bilhões de reais
numa empreitada
em solo amazônico
sem certeza científica
de que no futuro
teria autorização
para extrair a força do Xingu
na quantidade pretendida?

Como alguém investe
numa tal capacidade instalada
sem saber quanto vai ter de potência real?

Certamente,
devem crer na certeza da impunidade.
Numa conta que não se sabe quem vai pagar.
E na força do fato que se consuma.

Nos tempos da instalação do empreendimento,
cansei de dizer
que a obra perdia a conexão com o direito.
E se reduzia ao puro fato,
que se consumava
sustentando a si próprio.

Mas creio que há momentos
em que Belo Monte parece ser
um fim em si mesma.

E a cada dia que se consuma,
a sua dívida vai ficando impagável.
Vai superando o investimento
de uma conta que
definitivamente
fica para depois.

E o que deixa para trás
é uma tragédia socioambiental
fruto da ação humana.
Que se revela ainda mais destrutiva
quando nos deparamos
com o *impacto sobre o impacto*.

Por que Belo Monte
faz abrir a porta da Amazônia
para novas grandes empreitadas.
Fornece combustível

para projetos que há décadas aguardavam
para revirar o solo exposto
da Volta Grande do Xingu.

Foi ficando claro
que a todo momento
eclodiam conflitos
em torno da instalação da usina.
E esse cotidiano
talvez não nos permitisse visualizar
que o pior ainda estava por vir.

Refiro-me à seca histórica
prevista para o Xingu
que não foi declarada viável
pelo órgão ambiental.
E que grava essa história de Belo Monte
com o signo de um paradoxo essencial.
Insuperável.
Que eleva a violência
a uma nova dimensão:
Ecocida.

Porque a intervenção do *Grande Irmão*
no rio Xingu
vem sustentada no compromisso
de que disporia dos meios para garantir
a reprodução da vida.

Mas a fonte que nutre a vida
é a água.
E está além do poder de uma empresa
recriá-la.
E produzir artificialmente
a complexidade de elementos que
participam das cheias e secas do Xingu,
desde suas cabeceiras.

E a condicionante
que deveria garantir esse ciclo
de reprodução da vida,
na realidade,
autoriza Belo Monte a
desviar ainda mais água do Xingu.

Este é o mundo sem limite ao possível!
Em que, paradoxalmente,

mitigação e impacto se confundem.

Há nisso um fato extraordinário.
Porque a partilha da água do Xingu
impõe uma disputa real.
Que faz com que Belo Monte
antecipe as guerras do futuro
pela água
da Amazônia.

Quando o Xingu foi barrado
o povo Yudjá gritou
e descreveu o *fim do mundo*.

Os peixes morrendo de fome
porque a semente caía no solo árido
e não germinava.
Os tracajás protegiam seus ovos.
Mas a água não vinha.

E a pouca água que sobrava
não corria mais.
Formando bolsões de mosquitos
que obrigam os moradores
a se esconderem dentro de casa
ou a fugirem para outro lugar.

Esse povo das águas
prenuncia a morte do Xingu.
Quando o céu vai cair sobre todos.
Mais uma vez...

E isso é assunto presente.
Porque ainda não está escrito
o futuro da Volta Grande do Xingu.
O maior impacto de Belo Monte
ainda não se consumou.

Eu recordo da imagem
da casinha fechada
naquela 'indústria ribeirinha'
no riozinho do Anfrísio.
Que parecia estar dormindo.
Mas que pedia socorro
no silêncio de uma mãe que
chorava a morte do filho.
Para dizer que sei,

porque sinto,
que existe uma força que protege o Xingu.

Kopenawa vai no fundo de sua alma
buscar as palavras certas
para alertar
a esses seres,
do pensamento oco,
que não vão conseguir
reconstruir a floresta
nem o rio
depois que os destruírem.

O Yanomami explica
que isso que chamamos de futuro,
*é um céu protegido
das fumaças de epidemia xawara
e amarrado com firmeza
acima de nós!*⁶⁸

No seu grito ecoa o grito do Yudjá
e de todos os povos do Xingu.
Alerta que se não cessarem
com a destruição do mundo
e dos mundos,
chegará o dia
em que não haverá mais proteção.

*O céu ficará coberto de nuvens
escuras.
Vai chover.
Um vento de furacão
vai começar.
A voz furiosa dos trovões
ressoará sem trégua.
Enquanto os seres dos raios pousarão
seus pés na terra a todo momento.*

*Então o céu,
tão doente quanto nós
por causa da fumaça dos brancos,
vai começar a gemer e se rasgar.*

*Os espíritos órfãos
dos antigos xamãs
vão cortá-lo a machadadas.
Vão retalhá-lo por inteiro.*

*E vão jogar os pedaços na terra,
para vingar seus pais falecidos.*

*Aos poucos cortarão todas as amarras do céu
e ele vai despencar totalmente.*

*E dessa vez
não vai haver nenhum xamã
para segurá-lo.⁶⁹*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Trad. I.D. Poleti. São Paulo: Boitempo. 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Trad. E. Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002
- ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e julgamento**. Trad. R. Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**, p.191. 25 ARENDT, Hannah. Idem, p.190.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Trad. J. R. Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.167
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. R. Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- DESCARTES, René. **O discurso do método**. In: Os Pensadores – Descartes. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Trad. M. E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto**. São Paulo: Editora 34, 2015.
- HUXLEY, Aldous. **Admirável Mundo Novo**. Trad. L. Vallandro e V. Serrano. São Paulo: Globo, 2001
- KAFKA, Frans. **O processo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Trad. B. P. Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015
- MAGALHÃES, Sonia e CUNHA, Manuela Carneiro da. Orgs. **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**. São Paulo: SBPC.
- ORWELL, George. **1984**. Trad. W. Velloso. São Paulo: Companhia Nacional, 2002.
- GRUPO DE ACOMPANHAMENTO INTERINSTITUCIONAL. **Relatório do Processo de Reconhecimento Social: Conselho Ribeirinho do Reservatório da UHE Belo Monte**. Altamira, 2017.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Relatório de Inspeção Interinstitucional: áreas ribeirinhas atingidas pelo processo de remoção compulsória da UHE Belo Monte**. Altamira, 2015.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ação Civil Pública n. 3017-82.2015.4.01.3903**. JF-ATM.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ação Civil Pública n. 2694-14.2014.4.01.9303.**
JF-ATM.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ação Civil Pública n. 056-78.2013.4.01.3903.**
JF-PA.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Inquérito Civil n. 1.23.003.000078/2015-39.**

¹ Mestrado em Sustentabilidade junto a povos e Terras Tradicionais – CDS/UNB.

² O termo RESEX remete às Reservas Extrativistas da Terra do Meio: Resex Rio Iriri. Resex Rio Xingu e Resex do Riozinho do Anfrísio.

³ A referência à *Viagem à Terra do Meio* é utilizada simbolicamente para descrever minha experiência no Xingu, que ultrapassa os dias em que realizei o deslocamento à Estação Ecológica da Terra do Meio, em março de 2013. Porém, concretamente, neste caso, refere-se à viagem à Estação Ecológica da Terra do Meio, realizada a convite do Instituto Chico Mendes (ICMBIO). Quando discutia com os moradores dessa Unidade de Conservação a pactuação de um Termo de Compromisso, que definiria regras para a permanência dos ribeirinhos na localidade, até que fosse adotada a solução definitiva, que seria a retirada das famílias. Por lei esse instrumento tem que ser pactuado logo após a criação da unidade. E é um mecanismo que garante a execução de políticas públicas, de outra forma dificultadas por se tratar de Unidade de Conservação de Proteção Integral. Que se presume incompatível com a presença humana. No caso, já havia se passado quase dez anos, e os moradores permaneciam à margem de ações do Estado. A intervenção do Ministério Público Federal advinha do risco de que se exigisse a pactuação de uma cláusula de saída, como condição para que eles tivessem acesso a políticas estatais que são de direito a todo cidadão.

⁴ A terminologia Xingu é utilizada nesse texto como referência a um território, que inclui águas, floresta e vidas, humanas e não humanas.

⁵ *Nossa floresta está sempre bela e fresca. Mesmo quando a chuva rareia. O poder de sua fertilidade não rope mantém suas árvores vivas. Ela está situada no centro do antigo céu Hutukara, onde está enterrado o metal de Omama, nas nascentes dos rios.[...] Os brancos acham bonita a natureza, sem saber por quê. Nós, ao contrário, sabemos que a verdadeira natureza é tanto a floresta como as multidões de xapiri seus habitantes. Omama criou nela seus caminhos e suas casas. Quis que os protegêssemos. Os espíritos abelha abrem suas trilhas nas árvores da floresta, em busca das flores de seus méis. Nela, os espíritos animais brincam com alegria, abrigados por seu frescor [...] gostam de andar pela floresta, onde se divertem e cujo perfume fresco e úmido apreciam. Amam sua beleza e sua fertilidade.* KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Trad. B. P. Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 435/476.

⁶ *A força do pó de yâkoana vem das árvores da floresta. Quando os olhos dos Xamãs morrem sob seu efeito, descem para eles os espíritos da mata que chamamos Urihinari, os adas águas, que chamamos mão unari, bem como os dos ancestrais animais yarori. Por isso, apenas quem toma yakoana pode de fato conhecer a floresta. Nossos antigos faziam dançar todos esses espíritos desde o primeiro tempo. Eles nada sabiam do costume dos brancos de desenhar suas palavras. Estes, por sua vez, ignoram tudo das coisas da floresta, pois não são capazes de realmente vê-las. Só sabem dela as linhas de palavras que vêm de sua própria mente. Por isso só têm pensamentos errados a seu respeito. Já os xamãs não desenham nenhum dizer sobre ela, nem rabiscam traçados da terra. Com sabedoria não as tratam tão mal quanto os brancos. Bebem yâkoana para poder contemplar suas imagens, em vez de reduzi-las a alinhamentos de traços tortuosos. Seu pensamento guarda as palavras do que viram sem ter de escrevê-las. Os brancos, ao contrário, não param de fixar seu olhar sobre os desenhos de suas falas colados em peles de papel e de fazê-los circular entre eles. Desse modo, estudam apenas seu próprio pensamento e, assim, só conhecem o que está dentro deles mesmos. Mas suas peles de papel não falam nem pensam. Só ficam ali, inertes, com seus desenhos negros e suas mentiras. Prefiro de longe as nossas palavras! São elas que quero ouvir e continuar seguindo. Por manterem a mente cravada em seus próprios rastros, os brancos ignoram os dizeres distantes de outras gentes e lugares. Se tentassem escutar de vez em quando as palavras dos xapiri, seu pensamento talvez fosse menos tacanho e obscuro. Não se empenhariam tanto em destruir a floresta enquanto fingem querer defendê-la com leis que desenham sobre peles de árvores derrubadas.”. Idem, p.455.*

⁷ HUXLEY, Aldous. **Admirável Mundo Novo**. Trad. L. Vallandro e V. Serrano. São Paulo: Globo, 2001.

⁸ ORWELL, George. **1984**. Trad. W. Velloso. São Paulo: Companhia Nacional, 2002.

⁹ O descumprimento da obrigação condicionante de estruturação da FUNAI foi questionado judicialmente por meio de Ação Civil Pública n. 2694-14.2014.4.01.9303, proposta pelo Ministério Público Federal.

¹⁰ O mecanismo criado pela concessionária Norte Energia para se eximir das obrigações por ela mesmo escritas no Plano Básico Ambiental, que apresentou ao licenciador, quando necessitava afirmar a viabilidade de seu empreendimento, está detalhada na Ação Civil Pública n. 3017-82.2015.4.01.3903, por meio da qual o Ministério Público Federal requereu a intervenção judicial no componente indígena da UHE Belo Monte. Essa mudança de roupagem da concessionária foi também relatada pela FUNAI no documento

técnico que analisou a implementação das medidas mitigatórias previstas: *Parte dos problemas enfrentados ao longo do Processo podem ser explicados quando nos debruçamos sobre a diferença entre o discurso e a prática por parte do empreendedor, antes da Licença Prévia, e especialmente após a Licença de Instalação. Durante as reuniões iniciais na fase de verificação da viabilidade ambiental e socioambiental do empreendimento, o empreendedor – a Eletrobrás – através da Eletronorte – assumia parte do discurso de que era possível a existência de um grande empreendimento na região, pois além dos impactos terem sido “reduzidos” pela mudança do projeto do empreendimento existia uma ampla experiência do empreendedor em executar programas de compensação por empreendimentos hidrelétricos. Além disso, foram resgatadas promessas realizadas em outros anos para os indígenas, provocando aumento de impactos como, por exemplo, o conflito interno às comunidades sobre a aceitação ou não do empreendimento e a expectativa gerada pela simples existência do processo de licenciamento ambiental. Após a Licença Prévia, os “tempos” do cronograma do empreendimento trouxeram à tona novos impactos: a falta de debate, o detalhamento de “gabinete” das ações previstas no EIA e o início da prática das listas junto aos povos indígenas. A criação da empresa Norte Energia S/A marca um novo deslocamento identitário: o empreendedor antes público e conhecido pelos povos indígenas se “transforma” em um empreendedor privado, sem maiores vínculos com a região. Ao propor, dentro do PBA-CI, o Programa Médio Xingu, o empreendedor, ainda sob forte “influência” do discurso pré LP [licença prévia], alinhava-se não só às avaliações contidas nos estudos de impacto, mas também aos prognósticos contidos na análise da Funai de que era necessária uma ação (que já estava atrasada) para o estabelecimento da governança na região, Governança essa – há tempos abandonada pelo poder público. Destaca-se que a proposta do empreendedor previa uma ação conjunta de governo e empreendedor para a execução das ações. Após a Licença de Instalação percebe-se uma mudança significativa por parte da empresa, que passou a assumir o discurso do “estado não sou eu”, para negar a responsabilidade sobre as ações propostas pelo próprio empreendedor e assim “reduzir” sua atuação, enquanto empresa privada. Além de toda a “confusão” acerca da empresa – seu conselho administrativo é presidido pela Eletrobrás, seu financiamento é público, há toda uma gestão pública sobre o empreendimento – algumas ações assumidas pelo empreendedor junto aos povos indígenas, de cunho assistencialista trouxeram novos impactos e potencializaram outros tantos. Informação 223/2015/CGLIC/FUNAI.*

¹¹ Sobre a compreensão do significado desse projeto fáustico ver capítulo “O domínio de Belo Monte sobre o território chamado Xingu”.

¹² *Muito mais tarde, já adulto, comecei a me perguntar o que os brancos tinham vindo fazer em nossa floresta naquele tempo. Acabei entendendo que queriam conhece-la para desenhar seus limites e, assim, poder se apoderar dela. [...] Acho, ao final, que foram enganados por aqueles napè que exibiam seus objetos manufaturados com boas palavras: “vamos ficar amigos! Vejam estamos dando uma grande quantidade de nossos bens de presentes a vocês! Não estamos mentindo!”. Alias, é sempre assim que os brancos começam a falar conosco! Depois, logo atrás deles, chegam os seres de epidemia xawarari e então começamos a morrer um atrás do outro! Nossos antigos ainda não sabiam desse perigo. Queriam apenas trocar facões, machados, roupas, arroz, sal e açúcar. Dirigiam-se aos brancos repetindo alegremente algumas palavras deles, como papagaios. Pensavam: ‘Esses forasteiros são amistosos! Eles são muito generosos’. Mas estavam equivocados! Assim que conseguiram os preciosos alimentos e objetos que tanto desejavam, ficavam doentes e depois começavam a morrer em série, um por um. Dói-me pensar nisso. Foram enganados por essas mercadorias e morreram todos só por isso. Foi assim que desapareceram quase todos os meus maiores, só por fazer amizade com os brancos. KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. **A queda do céu...**, p. 245.*

¹³ Idem, p. 175.

¹⁴ Idem, p. 435.

¹⁵ *Em março de 2011, realizei minha primeira visita à Terra Indígena Araweté/Ipixuna, quando a relação dos Araweté com a Norte Energia S.A. (NESA) estava se iniciando. [...] diferentemente de outros índios da região, os Araweté ainda estavam começando a compreender que possuíam na NESA uma fonte de recursos – e naquela mesma época tomavam conhecimento de que possuíam alguns meses acumulados disponíveis para consumir. Supunha-se então que os índios deveriam discutir entre si na aldeia e decidir enfim de quais bens necessitavam, mandando em seguida os pedidos à empresa via Coordenação Técnica Local (CTL) da Fundação Nacional do Índio (Funai). A quantidade de dinheiro disponível era grande. No entanto, os índios não tinham noção do que significava aquela quantia, tampouco o que se podia fazer com ela [...]. Voltei à aldeia somente em dezembro de 2011, permanecendo até o fim de janeiro de 2012. Ainda estavam em funcionamento as ‘listas’, mas agora eram os Araweté que as confeccionavam: após definir as mercadorias, eles solicitavam à técnica de enfermagem ou a mim para redigir os bens e as quantidades. O cacique, sempre acompanhado por outros homens de sua aldeia, ia então à cidade, enfrentava a fila de*

índios de outras etnias e aldeias com suas listas, e entregava a sua à própria empresa. Até o início das negociações com a NESA (com ou sem CTL), os Araweté não visitavam com muita regularidade a cidade de Altamira. [...] Em dezembro de 2011 e janeiro de 2012, porém, havia muito mais motivos para vir a Altamira. Havia um fluxo constante de dinheiro disponibilizado a eles, algo que, naquele momento, parecia ser interminável. Isso fez com que alguns deles frequentassem a cidade ao menos uma vez por mês. Outros vinham só quando deviam buscar alguma mercadoria específica (como vestimentas, redes, mosquiteiros), como na ocasião em que toda a aldeia recebeu uma cota para ser gasta em roupas – nesta situação, por exemplo, alguns velhos e crianças visitaram pela primeira vez a cidade. A maior parte dos Araweté encontra dificuldades práticas com a estada na cidade – sobretudo em atividades cotidianas como atravessar a rua, lidar com dinheiro e troco, o cardápio alimentar, as formas de banhar-se e higienizar-se etc. – mas com a vinda de crianças e velhos essa dificuldade se intensificava muito. Todavia, essas vindas à cidade serviam não só para receber as mercadorias já pedidas, mas também à investigação de novos interesses para os gastos futuros. Algumas pessoas – como funcionários da Funai, pesquisadores etc. lembravam aos Araweté os motivos do afluxo mensal de dinheiro, bem como o fato de que ele acabaria um dia. Naquele momento, porém, ele não acabava: continuava vindo regularmente todo mês, o que acabava de fato reforçando a impressão, por parte da maioria dos índios, de que ele seria interminável. Os Araweté então buscavam sempre mais maneiras para gastar o recurso. Além das voadeiras e motores, que sempre foram de seu interesse, eles procuravam novos bens, inspirados nos pedidos que faziam índios de outras etnias e nos novos produtos que conheciam na cidade ou na televisão. A vasta gama de mercadorias já recebidas também acabava demandando novos gastos, como o com combustível para atender às dezenas de novos motores, ferramentas, peças e consertos de motores em mecânicas da cidade. Toda essa movimentação se refletiu também no cotidiano na aldeia [...] Naqueles dois meses, os Araweté da aldeia Juruãti se reuniam todos os dias na casa do cacique para discutir “dinheiro” e “mercadorias”. Apesar de terem de lidar com uma grande quantia, eles ainda não estavam seguros de quanto exatamente ela representava, dos valores de cada bem, do que podiam comprar, de quanto gastariam com o quê e como se faria a divisão dos bens. Mais que tudo, era sobre a distribuição das mercadorias que eles discutiam, algo que sempre causava descontentamentos, indisposições e às vezes conflitos. Regularmente, também, chegavam os barcos fretados pela Norte Energia trazendo mantimentos das listas. Normalmente, eram fardos de açúcar, café, bolacha, refrigerante, óleo, arroz, feijão, macarrão, farinha de trigo, leite em pó, milho, macarrão, sabão, fumo, isqueiro, pilha. Havia grande fartura de mantimentos, que ficava estocada dentro das casas – sendo que muitos alimentos, como a milho, a farinha de trigo, o feijão e o macarrão quase não viam uso pelos índios, já que não correspondem ao cardápio alimentar normal da aldeia. Com o açúcar, vinham também insetos. Já havia baratas na aldeia, mas estas, somadas às que vieram, encontraram no estoque um habitat propício para proliferar. Além de todos estes produtos, chegaram também outros, que não sei dizer se vinham sempre ou ocasionalmente, como sabão em pó, shampoo, creme de cabelo, sabonete, cebola, tomate, sandália havaiana, espelho, bacia, panela. De todo modo, uma coisa notável sobre todo esse fluxo de mercadorias (i.e., voadeiras e motores, combustível, alimentos, roupas, redes, mosquiteiros e outros produtos) era a movimentação que ele criava na aldeia. Quem distribuía os bens era o cacique, que ficou visivelmente estressado. Às vezes fazia-se a distribuição parcialmente na beira do rio, tão logo chegassem as mercadorias, mas às vezes, pelo cansaço, era mais apropriado levar os bens (ou parte deles) à sua residência, de forma que eles fossem distribuídos aos poucos. Sua casa tornou-se um grande depósito e o seu terreiro virou o local de “reunião” dos habitantes. Ali, todas as manhãs, discutia-se cotidianamente os gastos e esperava-se alguma nova distribuição de bens. Vale dizer que os Araweté não costumam fazer, eles próprios, “reuniões” – estas só existem por iniciativa dos brancos que chegam à aldeia para propor algum projeto ou resolver alguma questão. Não é possível aprofundar sobre isso aqui, mas é importante saber que a tomada de decisões entre os Araweté tem outro formato, sendo feita por cada núcleo familiar em seu próprio tempo, e não pela comunidade como um todo simultaneamente. Porém, em função das tantas decisões necessárias sobre o que pediriam e quem ganharia o quê, os homens adultos da aldeia Juruãti se encontravam (em dezembro de 2011 e janeiro de 2012) todos os dias de manhã na casa do cacique em “reuniões”. Relato da Antropóloga, pesquisadora do Museu Nacional, Camila Becattini de Caux, que esteve nas aldeias araweté durante o período. In Ministério Público Federal. Ação Civil Pública n. 3017-82.2015.4.01.3903.

¹⁶ [...] Foram os primeiros a ver os brancos arrancarem o chão da floresta com suas máquinas gigantes, para abrir a estrada. [...] Quando eu era criança, os brancos subiram os rios e começaram a fazer morrer nossos antigos em grande número. Depois voltaram, de avião e de helicóptero. Então suas fumaças de epidemia, mais uma vez, fizeram morrer muitos de nós. Agora, eles tinham resolvido abrir uma de suas estradas até o meio de nossa floresta, e suas doenças iriam com certeza devorar os que tinham sobrevivido. [...] Isso me atormentava e me entristecia. Dizia a mim mesmo: “Os brancos rasgam a terra da floresta. Derrubam as árvores e explodem as colinas. Afugentam a caça”. KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. *A queda do céu...*, p. 305.

¹⁷ O Ministério Público Federal denunciou ao Poder Judiciário essa política de distribuição de mercadoria, como uma ação etnocida. Ação Civil Pública n. 3017-82.2015.4.01.3903, de onde consta a seguinte conclusão: *O Plano Emergencial configurou-se, então, como uma política sem lastro no processo de licenciamento, que se faz distante do espaço previsto para participação dos grupos indígenas, pela qual os impactos previstos para a UHE Belo Monte foram antecipados, prolongados e multiplicados pela ação do empreendedor, o que permite se concluir que: 1. O Termo de Compromisso foi descumprido pelo empreendedor, uma vez não implementado o Programa Emergencial de Etnodesenvolvimento – atividades culturais e produtivas; 2. A política de distribuição de mercadorias que ficou conhecida como Plano Emergencial não tem lastro no licenciamento e viola todas as premissas que orientam a implementação do componente indígena, de modo que não pode ser afirmada como ação de etnodesenvolvimento e tampouco como ação socioambiental; 3. A política de distribuição de mercadorias que ficou conhecida como Plano Emergencial antecipou e maximizou os impactos previstos para a UHE Belo Monte e trouxe outros não prognosticados, os quais devem ser identificados e mitigados e; 4. política de distribuição de mercadorias que ficou conhecida como Plano Emergencial representa uma renovação das práticas colonizadoras de violência contra os povos indígenas, realizada no contexto de um programa de desenvolvimento do Governo Federal.*

¹⁸ O EIA-RIMA da UHE Belo Monte foi elaborado pelas empreiteiras Camargo Correia, Andrade Gutierrez e Odebrecht em parceria com a Eletrobras.

¹⁹ *Dada a magnitude dos impactos previstos e as condições desfavoráveis da região, dos Estudos de Impacto Ambiental se extrai a conclusão inequívoca de que, quanto aos povos indígenas do médio Xingu: a UHE Belo Monte representaria um acelerador do processo de fragmentação econômico, social e cultural em curso a uma velocidade incompatível com as estratégias de auto-reação e de autoadaptação que vinham sendo experimentadas pelos grupos indígenas atingidos. Com isso, o prognóstico do EIA/RIMA é de que: a UHE Belo Monte poderia gerar a completa desagregação dos povos indígenas afetados, com risco de supressão irreversível dos modos de vida e da transmissão dos conhecimentos tradicionais, caso não fosse fortalecida a capacidade de reação e de adaptação desses grupos, através de medidas mitigatórias efetivas destinadas a fortalecê-los social, cultural e economicamente, a proteger os seus territórios e a garantir a atuação do Estado na região, em especial da FUNAI.* Ação Civil Pública n. 3017-82.2015.4.01.3903.

²⁰ A avaliação desse impacto não previsto é objeto da Ação Civil Pública n. 3017-82.2015.4.01.3903, que pede o reconhecimento de Belo Monte como uma ação etnocida do Estado brasileiro e da empresa concessionária Norte Energia.

²¹ [...] *não há previsão, nos processos de licenciamento, de qualquer ação que possa se comparada com as listas de compras relatadas. A relação de ações que visam a proteção e mitigação/compensação por eventuais impactos por grandes empreendimentos, é definida através dos estudos de impacto ambiental e devem guardar, necessariamente, a relação de impacto – medida / causa-efeito. A execução de ações por meio de listas de compras traz consequências que já podem ser identificadas. Por não observarem qualquer planejamento (técnico, de viabilidade, etc), muitas das ações executadas nas terras indígenas têm sido mais impactantes do que o empreendimento propriamente dito.* Ofício 515/2013/DPDS/FUNAI-MJ, in Ação Civil Pública n. 3017-82.2015.4.01.3903.

²² A Licença Prévia da UHE Belo Monte, fazendo referência ao Parecer Técnico 21/FUNAI afirmou que o empreendimento em questão seria viável, se houvesse a *garantia de que os impactos decorrentes da pressão antrópica sobre as terras indígenas serão devidamente controlados* e, para tanto afirmou a necessidade de *garantia de fiscalização e vigilância [de responsabilidade do Estado]* e de um *Plano de Fiscalização e Vigilância Emergencial para todas as terras indígenas*, que deveria iniciar logo após a assinatura do contrato de concessão [de responsabilidade do empreendedor]. Licença Previa/ 342/2010/IBAMA.

²³ Ação Civil Pública n. 056-78.2013.4.01.3903.

²⁴ A referência à *lei da terra*, remete à análise que Hannah Arendt realiza sobre as transformações operadas no direito no III Reich, quando há uma suposta alteração do conteúdo das disposições legais, que ditavam à consciência de todos o não matará. E, ao compreender o mal banal como um mal infinito, a autora retoma a figura de Adolf Eichmann, que, na sua mediocridade, teria descoberto que *era a própria lei que os havia transformado todos em criminosos, uma nova lei da Terra*, baseada nas ordens do Führer. ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal.** Trad. J. R. Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.167.

²⁵ A referência é feita a partir do pensamento de Giorgio Agambén, que teoriza o Estado de exceção, mediante a lei suspensa mediante sua própria instituição. Suspensão essa que ganha a marca de permanência. *A suspensão da norma não significa sua abolição e a zona de anomia por ela instaurada não*

é, ou pelo menos, não pretende ser, destituída de relação com a ordem jurídica. AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Trad. I.D. Poleti. São Paulo: Boitempo. 2004, p.39.

²⁶ *Eu também dizia a mim mesmo: ‘Os antigos brancos desenharam o que chamam de suas leis em peles de papel, mas para eles perece que não passam de mentiras! Na verdade, eles só escutam as palavras da mercadoria!’*. KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. **A queda do céu...**, p. 435.

²⁷ A utilização do conceito de *campo* como um local de experimento da violência radical, toma como referência a abordagem de Hannah Arendt sobre os campos de concentração nazistas. Onde o domínio total foi testado, mediante a redução do homem a uma superfluidade que o faz descartável. E à supressão de todas as formas de espontaneidade humana, que pudessem por freio ao inexorável projeto do III Reich. *Os campos de concentração e de extermínio dos regimes totalitários servem como laboratórios onde se demonstra a crença fundamental do totalitarismo de que tudo é possível.[...] Os homens, na medida em que são mais do que simples reações animais e realização de funções, são inteiramente supérfluos para os regimes totalitários. O totalitarismo não procura o domínio despótico dos homens, mas sim um sistema em que os homens sejam supérfluos. O poder total só pode ser conseguido e conservado num mundo de reflexos condicionados de marionetes sem o mais leve traço de espontaneidade. Exatamente porque os recursos do homem são tão grandes, só se pode dominá-lo inteiramente quando ele se torna um exemplar da espécie humana*. ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. R. Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 489/508. Ademais, a utilização do conceito de campo, parte das reflexões de Giorgio Agambén, em especial no que se refere à nudez da vida humana. Desprotegida. Supérflua. E que, ao ingressar nesse campo torna-se matável. Excluída por sua inclusão. AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Trad. E. Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 126.

²⁸ ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**, p. 489.

²⁹ Hannah Arendt em inúmeros momentos de sua obra retoma a imprevisibilidade que marca o convívio humano e a abertura de possibilidades que cada nascimento representa. ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. R Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001 p.191. E mesmo quanto diante das atrocidades do terror totalitário retoma seu pressuposto de que *permanece também a verdade de que todo fim na história constitui necessariamente um novo começo [...] o começo, antes de tornar-se evento histórico, é a suprema capacidade do homem; politicamente, equivale à liberdade do homem. [...] Cada novo nascimento garante esse começo; ele é, na verdade, cada um de nós*. ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**, p. 531.

³⁰ *A experiência dos campos de concentração demonstra realmente que os seres humanos podem transformar-se em espécimes do animal humano, e que a ‘natureza’ do homem só é humana na medida em que dá ao homem a possibilidade de tornar-se algo eminentemente não-natural, isto é, um homem*. ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**, p. 506.

³¹ Idem, p. 517.

³² Ibidem.

³³ Ibidem.

³⁴ Ibidem.

³⁵ Ibidem.

³⁶ Ibidem.

³⁷ *No cinturão de ferro do terror, que destrói a pluralidade dos homens e faz de todos aquele Um que invariavelmente agirá como se ele próprio fosse parte da corrente da história ou da natureza, encontrou-se um meio não apenas para libertar as forças históricas ou naturais, mas de imprimir-lhes uma velocidade que elas, por si mesmas, jamais atingiriam*. Ibidem.

³⁸ *Na prática isso significa que o terror executa sem mais delongas as sentenças de morte que a Natureza supostamente pronunciou contra aquelas raças ou aqueles indivíduos que são ‘indignos de viver’, ou que a História decretou contra as ‘classes agonizantes’, sem esperar pelos processos mas lerdos e menos eficazes da própria história ou da natureza*. Ibidem.

³⁹ Sobre essa abordagem vide neste trabalho o texto “o domínio de Belo Monte sobre o território chamado Xingu”.

⁴⁰ KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. **A queda do céu...**, p. 418.

⁴¹ O mal infinito, é a referência a partir da qual a autora reflete sobre a banalidade do mal. ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e julgamento**. Trad. R. Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 256.

⁴² KAFKA, Frans. **O processo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁴³ O que se identificava por critérios de elegibilidade eram as regras do Plano Básico Ambiental da UHE Belo Monte, por meio das quais foram definidos os tratamentos que seriam dados a cada um dos atingidos pela usina. Trata-se de um documento que é construído pela empresa concessionária, descrevendo os parâmetros para mitigação dos impactos. Esse documento é apresentado ao licenciador, para fazer prova da viabilidade do empreendimento. Esse documento deveria trazer diretrizes, para serem discutidas com a população atingida, de modo a se construir de forma participativa um plano de mitigação apto a fazer frente aos impactos gerados e com respeito às peculiaridades da região.

⁴⁴ A referência à *Lei de Belo Monte* diz respeito às regras contidas no Plano Básico Ambiental, elaboradas sem a participação dos atingidos pela Usina.

⁴⁵ Referência ao mundo normativo do nazismo construído para sustentar legalmente o extermínio

⁴⁶ Segue a integrado compromisso firmado em Audiência Pública, no dia 12 de novembro de 2014, pelas seguintes instituições: Ministério Público Federal, Casa Civil/Presidência da República, Norte Energia, Defensoria Pública da União, IBAMA, FUNAI e BNDES.

Encaminhamentos da Audiência Pública sobre o Reassentamento e Realocação da População Urbana Atingida pela UHE Belo Monte

Altamira, 12 de novembro de 2014

Ao final da audiência pública sobre o reassentamento e realocação dos atingidos pela usina de Belo Monte na área urbana de Altamira, promovida pelo Ministério Público Federal, as autoridades presentes expuseram aos moradores alguns encaminhamentos e compromissos para atender as demandas e questionamentos das famílias que sofrerão deslocamento compulsório em decorrência da UHE Belo Monte.

Ficou definido que:

- A partir de proposta do Ministério Público Federal, Norte Energia S.A, a Casa Civil, o Ibama, a Funai e a DPU concordaram que será conformada uma espécie de câmara interinstitucional para tratar dos casos de discordâncias de atingidos com os critérios estabelecidos pela concessionária Norte Energia S.A.
- A sociedade civil deverá encaminhar com a maior celeridade possível ao MPF a lista com as demandas que devem ser analisadas pela câmara
- Restou encaminhado que os casos trazidos a essa audiência serão levados à avaliação da Câmara, que deverá ser criada o quanto antes, com a indicação de um seminário com data próxima para definir o seu regimento, garantida a participação da sociedade civil.
- A Defensoria Pública da União passará a atuar o mais rápido possível em Altamira, em caráter itinerante e emergencial, com seis defensores públicos deslocados para assegurar assistência jurídica aos impactados pela usina na área urbana
- Em apoio à atuação da DPU, a Prefeitura se compromete a avaliar a possibilidade de disponibilizar assistência de seu núcleo de acompanhamento de atingidos;
- A Norte Energia S.A e a Casa de Governo se comprometem a visitar a área do Independente II, excluída do cadastro de atingidos, para avaliar a situação
- A Norte Energia S.A concorda em estudar a possibilidade de flexibilização dos critérios de elegibilidade das famílias atingidas, para evitar a exclusão das pessoas do direito à moradia.
- O Ibama afirma que os critérios podem ser flexibilizados para garantir o direito à moradia e recomposição do bem, previstos no PBA, com a ressalva de que sua análise se faz tecnicamente a partir de demanda específica.

⁴⁷ KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. **A queda do céu...**, p. 435.

⁴⁸ A referência é à antropóloga Sonia Magalhães, professora da Universidade Federal do Pará, cujo depoimento consta do Inquérito Civil n. 1.23.003.000078/2015-39.

⁴⁹ A Inspeção Interinstitucional foi convocada pelo Ministério Público Federal, mediante Edital de Inspeção *in locu*, como parte das investigações em curso no Inquérito Civil n. 1.23.003.000078/2015-39.

⁵⁰ A referência é à antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, professora da Universidade de Chicago e Universidade de São Paulo, que participou da Inspeção Interinstitucional. *In* Ministério Público Federal - Relatório de Inspeção Interinstitucional *in locu*, junho/2015.

-
- ⁵¹ KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. **A queda do céu...**, p. 466.
- ⁵² Ministério Público Federal - Relatório de Inspeção Interinstitucional *in locu*, junho/2015.
- ⁵³ *Idem*.
- ⁵⁴ As equipes de vistorias afirmaram 55 constatações. *Idem*.
- ⁵⁵ Áreas de Preservação Permanente.
- ⁵⁶ Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.
- ⁵⁷ Ministério Público Federal - Inquérito Civil n. 1.23.003.000078/2015-39.
- ⁵⁸ A referência é à antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, professora da Universidade de Chicago e Universidade de São Paulo, que, juntamente com a professora Sônia Magalhães, da Universidade Federal do Pará, coordenou os estudos realizados pela SBPC.
- ⁵⁹ MAGALHÃES, Sonia e CUNHA, Manuela Carneiro da. Orgs. **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**. São Paulo: SBPC.
- ⁶⁰ Ação Civil Pública n. 3017-82.2015.4.01.3903
- ⁶¹ GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto**. São Paulo: Editora 34, 2015, p. 903-905.
- ⁶² A interpretação do texto de Goethe toma como base as reflexões de Marshall Berman. *In* BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- ⁶³ DESCARTES, René. **O discurso do método**. *In*: Os Pensadores – Descartes. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 87.
- ⁶⁴ *Idem*, p. 49.
- ⁶⁵ GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto**. São Paulo: Editora 34, 2015, p. 925.
- ⁶⁶ *Idem*, p.925.
- ⁶⁷ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**, p.286.
- ⁶⁸ KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. **A queda do céu...**, p. 464.
- ⁶⁹ *Idem*.